

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

KARLA DO AMARAL SILVA CUNHA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DAS
MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA DO *MULHERES DO SALGUEIRO/SG*.**

Niterói

2021

KARLA DO AMARAL SILVA CUNHA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DAS
MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA DO *MULHERES DO SALGUEIRO/SG*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social
Linha de Pesquisa: Gênero, raça, identidade de gênero e política social

Orientadora: Prof^a Dra. Nívia Valença Barros

Niterói

2021

C972e Cunha, Karla do Amaral Silva
ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DAS MULHERES:
UMA EXPERIÊNCIA DO MULHERES DO SALGUEIRO/SG / Karla do Amaral
Silva Cunha ; Nívia Valença Barros, orientador. Niterói,
2021.

121 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2021.m.11989170757>

1. Economia Solidária. 2. Interseccionalidade. 3.
Feminismo. 4. Produção intelectual. I. Barros, Nívia
Valença, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

KARLA DO AMARAL SILVA CUNHA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DAS
MULHERES: UMA EXPERIÊNCIA DO *MULHERES DO SALGUEIRO/SG*.**

Niterói, 27 de Outubro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Nívia Valença Barros - Orientadora (UFF)

Profª. Drª. Lobelia da Silva Faceira – UNIRIO – 1º examinadora

Profª. Drª. Josélia Ferreira dos Reis – JFRJ – 2º examinadora

Profª. Drª. Sandra Mônica Schwarzstein – Nudhesc-UFF – 3º examinadora

Niterói

2021

Dedico esta dissertação a todas as mulheres do EES Mulheres do Salgueiro, que confiaram em suas histórias de vida.

AGRADECIMENTO

Estudar, trabalhar e viver atravessado por uma pandemia não foi (e não está sendo) fácil. Mas as pessoas, a música e a arte tornam o caminho um pouco mais leve. E eu me apego, porque preciso para viver.

Em primeiro lugar a Deus. Porque “Deus é brasileiro e anda do meu lado”¹.

Aos meus pais, Rosângela e José Carlos, porque “hoje eu sei que quem me deu a ideia, de uma nova consciência e juventude, Tá em casa, guardado por Deus”².

Ao meu marido Maurício, porque “O mundo anda tão complicado. Que hoje eu quero fazer tudo por você”³.

A minha sobrinha Laura, porque quero que você entenda quando crescer “Que um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define, você é seu próprio lar”⁴.

Aos meus irmãos Juninho e Kamila: esse diploma é nosso.

A minha orientadora Nívia, pelo carinho em momentos que eu não esperava e incentivo quando estava desanimada.

Aos meus amigos da vida e colegas do mestrado, porque muitas vezes me levantaram assim: “Levanta essa cabeça Enxuga essas lágrimas, certo? (Você mesmo) Respira fundo e volta pro ringue (vai) ê vai sair dessa prisão Cê vai atrás desse diploma Com a fúria da beleza do Sol, entendeu? Faz isso por nós Faz essa por nós (vai) Te vejo no pódio”⁵.

¹ Sujeito de Sorte – Belchior (1976).

² Como Nossos Pais – Belchior (1976).

³ O Mundo Anda Tão Complicado – Legião Urbana (1991).

⁴ Triste Louca ou Má – Francisco, el Hombre (2016).

⁵ Amarelo – Emicida (2019).

RESUMO

Esta pesquisa tece reflexões a respeito da presença feminina na Economia Solidária e os obstáculos presentes para a efetivação do modo de organização solidária. Também analisa, a partir da perspectiva do feminismo, enquanto proposta de produção de conhecimento, o lugar das mulheres na qualidade de sujeitos na Economia Solidária. Foi realizada pesquisa exploratória constituída por análise documental e pesquisa de campo, para construção de uma história a partir da oralidade. A Economia Solidária é apresentada neste trabalho como um movimento social de resistência frente ao capitalismo, que incorpora parcelas da sociedade fora do mercado formal de trabalho com intuito de proporcionar às pessoas uma vida melhor, objetivando uma relação mais satisfatória com a comunidade.

Palavras-chave: Economia Solidária, interseccionalidade, feminismo.

ABSTRACT

This research reflects on the presence of women in the Solidarity Economy and the obstacles present for the realization of the solidary organization mode. It also analyzes, from the perspective of feminism, as a proposal for the production of knowledge, the place of women as subjects in the Solidarity Economy. Exploratory research was carried out, consisting of document analysis and field research, to build a story based on orality. The Solidarity Economy is presented in this work as a social movement of resistance against capitalism, which incorporates parts of society outside the formal labor market in order to provide people with a better life, aiming at a more satisfactory relationship with the community.

Keywords: Solidarity Economy, intersectionality, feminism.

LISTA DE SIGLA

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária

ACESSUAS – Programa de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro

CORE – Coordenadoria de Recursos Especiais

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos

DPO – Destacamento de Política Ostensiva

ECOSOL – Economia Solidária

EES – Empreendimento de Economia Solidária

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM – Fórum Social Mundial

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPAC – Programa de Aceleração do Crescimento

IML – Instituto Médico Legal

MST – Movimento dos Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO UM CAMINHO INTERSECCIONAL	18
1.1 Interseccionalidade	18
1.2 Buscando a compreensão de gênero	21
1.3 Buscando a compreensão de raça	23
1.4 Economia Solidária pelas mãos das mulheres	35
CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	39
2.1 Economia Solidária: buscando definição	39
2.2 Termos elementares para a Economia Solidária	40
2.3. Economia Solidária na América Latina	42
2.4 Economia Solidária no Brasil	43
2.4.1 Fórum Brasileiro de Economia Solidária	48
2.4.2 Os desafios da Economia Solidária na atualidade.....	51
2.4.3 Sobre empreendedorismo e Economia Solidária.....	51
2.4.4 Sobre informalidade e Economia Solidária	53
2.5 Economia Solidária pelas mãos das mulheres	54
CAPÍTULO 3 – CONHECENDO AS MULHERES DO SALGUEIRO.....	60
3.1 Território Salgueiro e suas particularidades	61
3.2 Afinal, o que é o Salgueiro?	63
3.2.1 Primeiros encontros e interação com as <i>Mulheres do Salgueiro</i>	68
3.3 Identificação	70
3.3.1 As entrevistadas	70
3.4 Início do trabalho no EES <i>Mulheres do Salgueiro</i>	71
3.5 Envolvimento e participação	73
3.6 Autonomia e renda	80
3.6.1 Sustentabilidade.....	85
3.6.2 O coletivo no contexto pandêmico	87
3.7 Envolvimento e participação na comunidade	87
4. Considerações finais.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

É com orgulho e alegria que uma mulher negra e gonçalense conseguiu, enquanto a primeira de sua família, apresentar no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense, a sua pesquisa de dissertação de mestrado com o título “Economia Solidária e sua repercussão na vida das mulheres: uma experiência do *Mulheres do Salgueiro/SG*”.

A titulação de pesquisadora em Política Social é motivo de contentamento para uma psicóloga que se coloca no mundo e se posiciona para além das vertentes ortodoxas da psicologia. Reafirmando em sua prática profissional o Compromisso Social da Psicologia, já que acredita e atua a partir de ações socialmente comprometidas no sentido de contribuir com a transformação social. Vivemos num país desigual social e economicamente, e a pandemia aprofundou ainda mais esta realidade⁶. Diante desse contexto, a pesquisadora parte do questionamento sobre o papel e o lugar da psicologia para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A identidade profissional da psicóloga está em constante transformação e é inegável que a psicologia brasileira está se aproximando de visões concretas e históricas de nossa sociedade. Ana Bock (1999), importante pesquisadora da psicologia social brasileira, afirma que este campo está se abrindo para novas leituras de mundo, entendendo a esfera psicológica como constituída de relações sociais e de formas de produção de sobrevivência.

Nós, profissionais da vida, não podemos deixar de considerar este quadro, porque é dele e nele que podemos caracterizar as necessidades e demandas para nossa profissão. Não podemos mais nos pensar como profissionais que, em consultórios particulares ou escritórios, oferecemos nossos serviços acreditando que estamos tendo alguma contribuição ou interferência para a melhoria das condições de vida. Sei que não tem sido fácil sair destes lugares, pois estamos nos centros urbanos e precisamos trabalhar. Mas não perceber as limitações sociais de nosso trabalho ou mesmo, pior ainda, camuflar isto com justificativas de que sofrimento psíquico é

⁶ Cf. Boletim de Conjuntura, número 29 – Junho/Julho de 2021 – DIEESE. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>>. Acesso em: 22.set.21.

igual para todos (ricos e pobres) é alguma coisa que não se pode mais aceitar. Precisamos reconhecer as limitações de nossa ação profissional, pois isto já é um bom começo (BOCK, 1999, p. 323).

Esta dissertação está inserida na linha de pesquisa *Gênero, raça, identidade de gênero e política social*, que enfatiza – dentre outros pontos – os estudos sobre os feminismos contemporâneos, as questões de classe, relações de gênero, raça/etnia e identidades de gênero, relacionando-se às dimensões socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade.

O propósito desta pesquisa é tecer reflexões a respeito da presença feminina na Economia Solidária e os obstáculos presentes para a efetivação do modo de organização solidária. Busca-se também analisar, a partir da perspectiva do feminismo, enquanto proposta de produção de conhecimento, o lugar das mulheres como sujeitos na Economia Solidária.

As pesquisas e estudos⁷ sobre a presença das mulheres na Economia Solidária envolvem múltiplos aspectos, tais como: desemprego, oportunidades de geração de renda, superação da fome e miséria de parte da população brasileira, não priorização das questões sobre gênero e raça, entre outros.

A participação das mulheres no mercado de trabalho é marcada pelas desigualdades. Elas recebem menos do que os homens, ocupam menos cargos de chefias, estão mais expostas ao desemprego e a ocupações precárias e informais⁸. A Economia Solidária para as mulheres surge como alternativa de geração de renda com possibilidade de autonomia financeira, acesso à propriedade coletiva e estabelecimento de outros tipos de vínculos e relações de trabalho, no qual é possível reconhecer o ofício reprodutivo e contribuir também para a construção de outro paradigma da economia.

A Economia Solidária é apresentada neste trabalho como um movimento social de resistência frente ao capitalismo (ANDRADA; ESTEVES, 2017), que incorpora parcelas da sociedade fora do mercado formal de trabalho com intuito de, conforme afirma Singer (2002), proporcionar às pessoas uma vida melhor, objetivando uma relação mais satisfatória com a comunidade.

⁷ Cf. Guerin (2003), IPEA (2016), Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (2020).

⁸ Cf. Abramo (2006) e De Paula Leite (2017).

Deste modo, consoante Singer (2002), “uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva” (SINGER, 2002, p. 9). A Economia Solidária, por sua vez, opera por um modo de produção diferente do capitalismo, em que propriedade coletiva e o direito à liberdade individual são princípios básicos.

Consideramos que pautar o lugar da mulher na Economia Solidária permite qualificar o debate da própria Economia Solidária. Para uma análise da relação de gênero, nesse âmbito, as pesquisas e os indicadores apontam para a participação das mulheres em grupos de empreendimentos menores e informais, nas quais há nesta configuração dificuldades de acesso, por exemplo, a recursos públicos e privados. Além da condição de informalidade, a distribuição desigual das obrigações familiares, no que se refere às relações de poder dos homens sobre as mulheres, passa a ser pertinente a essa esfera.

Com isso, destacamos a relevância desta pesquisa em analisar a presença feminina em empreendimentos solidários, já que ela é expressiva e significativa e traz para a Economia Solidária reivindicações importantes para qualificá-la. O entendimento que os espaços democráticos dentro da lógica econômica solidária permitiriam em sua essência ampla, discussão e vocalização de sujeitos, faz-se urgente e fundamental pautar a igualdade e autonomia das mulheres, bem como a questão de raça.

A presença das mulheres na Economia Solidária evidencia aspectos relacionais da sociedade. Importam entender as relações de poder nas quais estas estão envolvidas, dando visibilidade as suas experiências que criam e recriam seu lugar e sua história a partir da organização coletiva entre mulheres, possibilitando de certa maneira uma releitura da realidade social.

Vale esclarecer que as nomenclaturas para as atividades de economia solidária no Brasil são diversas, como por exemplo, coletivo, empresa social, empreendimento social; procuramos, no entanto, utilizar a nomenclatura que a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária se valia em seus documentos, dados, pesquisas e ações: Empreendimento Econômico Solidário (EES). Na qualidade de reafirmação da importância tanto da Secretaria Nacional, quanto da história institucional e de política pública que o movimento

de economia solidária experimentou no Brasil durante os governos progressistas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com objetivo de conhecer a produção científica sobre a Economia Solidária e a presença feminina, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Esta técnica ampara-se na busca secundária de dados, tais como documentos e acervos já existentes (MINAYO, 2019). Nesse sentido, o estudo volta-se para a análise de acervos bibliográficos, livros e artigos sobre Economia Solidária, além da metodologia construída a partir da oralidade.

Consideramos a história oral não somente uma abordagem de pesquisa, para dar conta de um conjunto de procedimentos técnicos, mas também como um importante instrumento para o estudo e pesquisa desenvolvido nessa dissertação. A história oral pressupõe dar centralidade à história de vida do/a sujeito/a, neste caso das mulheres do Salgueiro.

Michelle Perrot (1989), ao questionar a história pelo viés de gênero, afirmava que “[...] no teatro da memória as mulheres são sombras tênues” (p. 9). A autora (2005; 1989) considera que a memória é vinculada a papéis sociais, nos quais os registros de memória da mulher estão ligados a sua posição na família, de cunho íntimo e privado. A historiografia tradicional, por sua vez, competia ao homem, e nesse sentido eram memórias, registros e narrativas sobre guerra, política e o mundo público. Esta clara distinção entre o mundo público e privado na história carrega aspectos de silenciamento da mulher.

Sobre o silenciamento das mulheres na história, Stevens (2017), amparada pela ideia da impossibilidade da construção de uma narrativa sem ponto de vista, no qual o narrador exerce uma posição de poder, relembra o conceito psicanalítico do “retorno do reprimido”, fazendo alusão de que as mulheres nunca estiveram isoladas na história e que elas passaram por processos de exclusão.

A historiografia tradicional serviu ao patriarcado e “é por isso que o desenvolvimento recente da história dita ‘oral’ é de certo modo uma revanche das mulheres” (PERROT, 1989, p.16). Ademais, para a autora (1989):

[...] o feminismo desenvolveu uma imensa interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares da memória (arquivos de mulheres, dicionários) foi uma das preocupações de uma história das mulheres em plena expansão nos últimos quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral. [...] *as mulheres se acostumaram com o gravador, sentindo orgulho do uso dele* (PERROT, 1989, p.17-18, grifo nosso).

A história oral rompe com uma tradição historiográfica hegemônica e propõe uma recuperação da memória feminina. A partir disso Tedeschi (2014) argumenta:

A história oral como ferramenta metodológica tem na memória das mulheres, através do relato, da entrevista, suas lembranças como fonte de múltiplos tempos. A história, como processo cognitivo, recupera pela análise do passado lastros de um tempo não escrito, fazendo das próprias mulheres sujeitos reconhecedores de sua identidade, pela integração com a vida coletiva (TEDESCHI, 2014, p. 33).

Entendemos a necessidade de instituir uma prática que reivindica a história de mulheres trabalhadoras de São Gonçalo, não como uma seleção qualquer de objeto de estudo, mas enquanto uma intencionalidade praticada em função da potencialidade de sua contribuição para os propósitos da pesquisa.

O trabalho de campo permitiu a aproximação com a realidade social a ser pesquisada, portanto, dentro deste escopo, o recorte espacial para responder o objeto de investigação foi realizado na sede do EES *Mulheres do Salgueiro*.

O instrumento para realizar este trabalho de campo foi por intermédio de entrevistas e observação participante. Os instrumentos definidos atendem esta pesquisa no sentido que permitem ampliar a comunicação verbal entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa, bem como pode ser considerada “conversas com finalidade” como salienta Minayo (2019, p. 59).

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturadas com perguntas pré-determinadas, contudo, com possibilidade da entrevistada discorrer sobre o tema. O método por nós escolhido pode ser denominado como um instrumento baseado em dados subjetivos por meio da interação direta com as entrevistadas. Isso dado, constitui-se, portanto, uma:

[...] representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2016, p. 60).

Consideramos a observação participante relevante em razão de dialogar com o instrumento entrevista e permitir maior compreensão da realidade pesquisada. A atividade de observação permitiu, à vista disso, a pesquisadora a participação e, na medida do possível, a interação no espaço social das entrevistadas, sendo registradas essas observações no diário de campo.

Visando tornar o trabalho de campo e a interação com as participantes um momento profícuo, prático e dialético, nós elegemos perguntas que pretendeu abarcar o universo da vida das mulheres e suas contrariedades, trabalho associativo e solidário, relações com outras mulheres e com a comunidade e autonomia financeira.

As entrevistas foram gravadas com autorização das participantes e realizadas transcrições na íntegra das narrativas destas. Participaram cinco mulheres que atuam no ESS *Mulheres do Salgueiro*. Seus nomes foram protegidos e utilizados pseudônimos de pedras preciosas, como alternativas aos seus nomes reais.

Assim, o presente estudo está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta conceitos e fundamentos da pesquisa no que se refere a gênero e raça. Importa os estudos de gênero para, a partir dele, entender como culturalmente foram construídos as relações sociais e os padrões de comportamentos para homens e mulheres numa perspectiva relacional. Para compreender a questão de raça, embora pouco discutido no âmbito da Economia Solidária, é abordado com frequência nas pesquisas sobre o mundo do trabalho de forma geral, e constata-se a diferença salarial entre brancos e negros (CACCIAMALI; HIRATA, 2005).

O segundo capítulo discute a história e as características da Economia Solidária, seu contexto sociopolítico, a experiência brasileira a partir dos estudos de Paul Singer e outros estudiosos sobre a temática. Analisaram-se as políticas vigentes que permeiam as práticas de economia solidária existentes e as práticas exitosas.

O capítulo três compreende as reflexões das vozes femininas que fazem a prática solidária acontecerem no empreendimento econômico solidário em São Gonçalo, suas histórias de vida, memórias individuais, envolvimento com o trabalho e sua vinculação com a comunidade.

Esta pesquisa não é uma produção intelectual neutra, ela está recheada de valores, desejos e esperanças e que caminham para a crença de um mundo melhor, que leve em consideração aspectos estruturantes para a pesquisadora tais como solidariedade, compromisso com a vida e com a natureza e justiça social.

CAPÍTULO 1 – ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUINDO UM CAMINHO INTERSECCIONAL

Nós escolhemos umas às outras
e o limite das batalhas de umas e outras
a guerra é a mesma
se perdermos
um dia o sangue das mulheres irá coagular
sobre um planeta morto
se vencermos
não há como saber
buscamos além da história
por um novo e mais possível encontro (*Outlines*, Lorde, 1997).

Quando pensamos e estudamos as mulheres da Economia Solidária, de quais mulheres estamos falando? Assim como Motta (2018) questiona as intersecções de classe, raça e gênero, para entender o padrão de luta de classes a partir da vivência de um país terceiro-mundista como o Brasil, questionando “quem são as pessoas que formam as classes?” (p. 76). Também pensando nesta perspectiva, refletimos sobre a importância de se pensar sobre os séculos de escravidão brasileira e sua reverberação nas relações de trabalho vigentes na atualidade.

Outro aspecto importante para indagar, é a necessidade também de fortalecer a discussão da perspectiva de gênero na Economia Solidária e debater o futuro da própria Economia Solidária no Brasil e no resto do mundo. O reconhecimento por parte do Estado pautado em políticas públicas que incentivem e garantam a experiência solidária baseada em seus princípios reafirmando a autogestão, a democracia, a solidariedade e a justiça social.

1.1 Interseccionalidade

Acreditamos que a abordagem interseccional possibilita o desvelamento dos obstáculos enfrentados pela população negra, principalmente as mulheres, no âmbito das relações de trabalho associativo e solidário. Nesse sentido, podemos nos debruçar sobre o grande número de mulheres que estão

presentes nos empreendimentos solidários brasileiros e que se utilizam deles para gerarem trabalho e renda. Ao mesmo tempo, se faz necessário problematizar a inserção dessas mulheres relacionando-as, assim, com as formas de trabalho precárias que historicamente elas vivenciam.

Consideramos que o conceito de interseccionalidade propicia o entendimento das várias formas de ser mulher. Desta forma, reflete-se que a homogeneidade do ser mulher não é possível, como demonstra Lorde, até dentro do movimento feminista, para o respeito às diversas formas de ser mulher. Conforme salienta Lorde (2019):

De modo geral, dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferença de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* que de fato não existe (LORDE, 2019, p. 241).

O termo interseccionalidade foi cunhado pela intelectual negra estadunidense Kimberle Crenshaw, em 1989, em seu artigo intitulado *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*. Crenshaw apresenta a interseccionalidade como a forma das várias interações de raça e gênero que se manifestam no contexto da violência contra mulheres negras e aponta, ao mesmo tempo, para a possibilidade de elevar para a categoria de análise ampliada.

Segundo Carla Akotirene (2020), foi o artigo de Kimberle Crenshaw intitulado *Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*, apresentado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, em Durban, na África do Sul, realizado em 2001, que a interseccionalidade conquistou popularidade acadêmica.

Crenshaw (2002), utilizando a analogia da avenida, explica como eixos de poder distintos (raça, etnia, classe e gênero) se sobrepõem e entrecruzam formando, desta maneira, avenidas. Acompanhando esta paridade a mulher negra, por sua vez, se posiciona mais vezes nesse “tráfego”, onde os “danos interseccionais” são resultados de “colisões simultâneas”. Ou seja, a interseccionalidade:

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas

discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Segundo Akotirene (2020, p. 19), a “[...] interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Para a autora a interseccionalidade revela também – para além da teoria, da metodologia – um “instrumento prático”. A interseccionalidade, deste modo, permite instrumentalizar as feministas para compreensão da “fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça” (AKOTIRENE, 2020, p. 37).

Akotirene nos chama atenção para os perigos do esvaziamento do termo, que não pertence à categoria de narrativa dos excluídos. A interseccionalidade “sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (AKOTIRENE, 2020, p. 36). Por não existir hierarquia de opressão, a interseccionalidade se refere ao fazer político com a matriz de opressão que produz diferenças.

No que se refere a não hierarquização de opressão, Lorde (2019) dedica um texto a respeito dessa afirmação e nos apresenta um ponto de alerta sobre o suposto benefício em relação à opressão do outro e se autodefinindo como mulher negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe e vivendo em um relacionamento interracial, ela afirma que:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é um problema para as lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não há hierarquia de opressão (LORDE, 2019, p. 236).

Collins (2015) indaga a respeito da necessidade de redefinir raça, classe e gênero como categoria de análise e como as novas teorias moldam as experiências humanas. Desta maneira “raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações” (COLLINS, 2015, p. 19).

Em sua tarefa de redefinir opressão, a partir das conexões entre raça, classe e gênero, Collins (2015) apresenta seu argumento por meio de três dimensões: institucional, simbólica e individual. A dimensão institucional desvela seus níveis de dominação e subordinação em instituições como escolas, hospitais e locais de trabalho.

Collins (2015) utiliza as *plantations*⁹ como metáfora para análise das relações de opressão presentes atualmente em instituições americanas. A escravidão, de acordo com a pesquisadora, foi uma instituição que operava especificamente por meio de raça, classe e gênero.

A dimensão simbólica da opressão é compreendida como imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça, classe e gênero e que operam também na manutenção de sistemas de dominação e subordinação (COLLINS, 2015). Desta maneira, cada pessoa vivencia experiências de acordo com essas imagens simbólicas atribuídas a ela. A dimensão individual da opressão é moldada também pelas categorias de raça, classe e gênero presentes em cada biografia individual, marcada pelo tratamento institucional e significados simbólicos atrelados (COLLLINS, 2015).

1.2 Buscando a compreensão de gênero

Scott (2019) buscou compreender como o gênero funciona e dá sentido tanto nas relações humanas como na produção de conhecimento. A autora propõe, à vista disso, desenvolver o gênero como categoria de análise histórica.

A definição de gênero, a partir de Scott (2019), baseia-se no entendimento sobre a noção de poder foucaultiana. Gênero, portanto, é a “forma primeira de significar as relações de poder” (p. 67). Este é o ponto crucial para a compreensão, já que ambos se constituem e se constroem reciprocamente. Ela demonstra através de aspectos históricos como essa relação (gênero e poder) se estabelece ao longo da história na sociedade.

Avançando na definição de gênero, a historiadora o subdivide analiticamente a partir de quatro aspectos. O primeiro e o segundo aspectos

⁹ Sistema econômico agrícola que utilizava mão de obra escrava.

são vinculados aos símbolos culturais que representam oposições binárias e que incute dentro dessa representação o masculino e o feminino e que estão presentes na religião, ciência e política. Essa noção binária reproduzida pela história é sustentada por uma posição dominante que fornece o entendimento universal e fixo.

O terceiro aspecto apontado por Scott (2019) propõe descobrir a natureza da suposta aparência permanente da representação binária dos gêneros, através da noção do político ampliando para o universo doméstico e familiar, assim como no mercado de trabalho e na educação.

O gênero, também afirma Scott (2019), pode ser analisado pela dimensão subjetiva, quarto e último aspecto, levando em consideração, contudo, a análise histórica e a construção das identidades de gênero no seio das organizações sociais e na cultura.

Butler (2019) em seu texto *Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, amparada pelas teorias teatrais, antropológicas, filosóficas e fenomenológicas, apresenta a identidade de gênero como uma performance construída a partir de um modelo de crenças.

De forma significativa, Butler em seus escritos sobre gênero baseado na teoria inaugurada por Simone de Beauvoir sobre a construção histórica do ser mulher repensando e contestando o seu status natural. Nesse sentido, afirma que o corpo é um processo histórico que reproduz situações históricas. Em suas palavras:

O corpo não é uma materialidade fatídica, terminada na sua própria imagem; ele é uma materialidade que carrega, pelo menos, certos significados, e esse carregar é fundamentalmente dramático. Por dramático, quero dizer que o corpo não é apenas matéria, ele é uma materialização contínua e incessante de possibilidades. As pessoas não são seus corpos, mas fazem os seus corpos – essa diferença de ser e fazer é fundamental. As pessoas, inclusive, fazem seus corpos de maneiras diferentes de outras pessoas que lhes são contemporâneas, das que as precederam e das que as sucederão (BUTLER, 2019, p. 216).

Uma importante contribuição para a compreensão de gênero são os estudos e preposições de Monique Wittig (2019), que reafirma que “mulher” é produto de uma relação social, uma formação imaginária tal qual uma

percepção de atributos físicos. Em sua reflexão, a pesquisadora retoma a discussão de Simone de Beauvoir sobre o mito do nascer mulher e que as mulheres são seres históricos e socialmente determinantes.

Witting (2019) vai além dessa discussão apontando que a categoria “mulher”, assim como a categoria “homem”, são políticas e econômicas e que o combate à exploração deve perpassar pela dissociação da “mulher”, enquanto mito.

Pois “mulher” não existe para nós, é apenas uma formação imaginária, enquanto “mulheres” são o produto de uma relação social. Nós sentimos isso fortemente quando recusamos em toda parte sermos chamadas de “movimento de liberação da *mulher*”. Além disso, temos que destruir o mito dentro e fora de nós mesmas. Mulher não é cada uma de nós, mas sim a formação política e ideológica que nega “mulheres” (o produto de uma relação de exploração) (WITTING, 2019, p. 88).

Neste sentido, entendemos, conforme Freitas e Barros (2018), que fazer uma análise a partir do gênero pressupõe uma transversalidade que busca “captar as vozes de mulheres e homens, negros, brancos, indígenas, jovens, crianças e velhos, ricos, pobres, camadas médias, heterossexual ou homossexual” (p. 361).

A indissociabilidade entre desigualdade de gênero e o mercado de trabalho tem sido demonstrada por várias pesquisas e estudos recentes (ABRAMO, 2006; DE PAULA LEITE, 2017). A desigualdade de gênero é eixo estruturante da sociedade brasileira. Embora as mulheres ocupem nas últimas décadas maiores posições no mercado de trabalho, a diferença em relação aos homens ainda é significativa, principalmente no que se refere à segmentação do mercado de trabalho e à segregação das mulheres em determinadas atividades. Vale ressaltar que observa-se, do mesmo modo, a baixa inserção das mulheres pobres e menos escolarizadas.

1.3 Buscando a compreensão de raça

Para compreender a situação da mulher, em especial a mulher negra no mercado de trabalho no Brasil, segundo Nascimento (2019), é necessário considerar o passado escravocrata brasileiro e seus reflexos na sociedade. O período colonial era estruturado de forma hierarquizada, patriarcal e

paternalista, deste modo, os papéis designados às mulheres eram bem marcados. À mulher branca cabia a posição de mãe e esposa, e às mulheres negras, além de trabalhadoras na casa-grande e no campo, tinham função reprodutora como fornecedora de mão de obra de mercadoria para o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2019).

A herança escravocrata permaneceu com a expansão industrial no Brasil reproduzindo estruturas diferenciadas por grupos étnicos. Segundo Nascimento (2019), a mulher negra continua ocupando os mesmos papéis atribuídos a elas desde a escravidão, como empregos domésticos nas áreas urbanas e trabalhadoras do campo.

Sueli Carneiro (2019) chama atenção para a luta feminista no mercado de trabalho ao longo dos anos e que, apesar destes avanços universalistas do movimento de mulheres, as desigualdades sociais permanecem bem marcadas quando diz respeito às posições ocupacionais.

Uma grande barreira que é imposta às mulheres negras no mercado de trabalho versa sobre o acesso à educação (CARNEIRO, 2019; NASCIMENTO, 2019). Existe uma importante diferenciação entre a mulher branca e a negra no mercado de trabalho quando a última não apresenta qualificação profissional suficiente para ocupar cargos burocráticos, bem como a seleção criteriosa racializada pela “boa aparência” nos anúncios de emprego.

Carneiro (2011), baseada no estudo do Ministério do Trabalho e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho, aponta que as preferências para preenchimento de vagas são daqueles que possuem pelo menos 11 anos de escolaridade. Sendo a média de escolaridade do brasileiro de 6,6 anos para pessoas brancas e 4,4 anos de escolaridade para pessoas negras.

Essa constatação permite Carneiro (2011) refletir sobre como o mercado de trabalho formal brasileiro opera como “filtro de natureza racial”, além da alta exigência do mercado em comparação ao nível de escolaridade mínima do brasileiro. Segundo a autora, reconhecer as desigualdades raciais no acesso ao trabalho e renda no país, bem como a adoção de políticas de diversidade nas empresas para inclusão, capacitação e promoção de trabalhadores negros, são possibilidades para reverter este quadro.

Quando nos aproximamos do imbricado contexto do racismo e sexismo na cultura brasileira, os escritos de Lélia Gonzalez possibilitam um aprofundamento dessa reflexão. A autora concentra-se teoricamente na questão da mulher negra brasileira numa outra perspectiva para além do que era elucidado pelas ciências sociais na época de suas produções. Lélia Gonzalez (2019) busca suporte teórico na psicanálise, para reconhecer as questões do triplo papel exercido pela mulher negra, enquanto estereótipo de mulata, doméstica e mãe-preta. Gonzalez (2019) apresenta a mulher negra através destes três estereótipos de lugar de integração e rejeição e que até os dias de hoje é produzida e reproduzida pelas práticas coloniais.

Os escritos de Davis (2016) permitem uma compreensão da questão da mulher negra e sua história, durante a escravidão e suas repercussões nos dias de hoje. Portanto, o serviço e a vida da mulher trabalhadora também trazem reflexos desse período na vida delas e que devem ser analisados de forma diferenciada. Consoante a autora, “[...] o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 17).

A experiência das mulheres negras no período escravocrata tinha um duplo papel de opressão, além de igualar o trabalho pesado com os dos homens, as mulheres eram vítimas de diversos abusos sexuais:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Davis (2016) dedica parte da sua pesquisa para evidenciar a organização da vida familiar escrava e os papéis exercidos por cada membro. Os arranjos do seio familiar dos brancos se diferiam muito da vivenciada e experimentada pelas famílias negras. A vida doméstica nesse ambiente, para as pessoas escravizadas eram, segundo Davis (2016), o único espaço em que podiam vivenciar suas experiências enquanto humanos e por isso eles dedicavam tamanha importância para a vida doméstica.

Para a autora compreender de fato como se dava os papéis sociais das pessoas escravizadas é importante, já que muitos estudos acadêmicos desvirtuavam as funções domésticas para diminuir a função do homem negro. Para Davis (2016), o trabalho doméstico era o único com valor significativo para a comunidade escrava como um todo. A mulher negra inserida nessa comunidade construiu seu papel de autonomia e alicerce para os que a cercavam com objetivo de preservar toda a comunidade e sua própria sobrevivência.

No que se refere à divisão sexual do trabalho nas comunidades escravizadas, Davis (2016) verificou em seus estudos que não havia delimitação de hierarquia entre homens e mulheres. As tarefas eram divididas de forma igualitária e “as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres” (DAVIS, 2016, p. 30).

Cabe aqui invocar os aspectos históricos que as mulheres negras escravizadas vivenciaram, para compreender suas marcas na atualidade. As mulheres exerciam papéis de resistência no período escravocrata que são percebidos pela pesquisadora como ações sutis que envolviam mais do que revoltas, fugas ou sabotagem. As mulheres se organizavam para ensinar os outros a ler e escrever, em escolas clandestinas que funcionavam muitas vezes à noite.

Essas características que Ângela Davis traz em seu livro *Mulher, Raça e Classe* (2016) nos permitem compreender que as mulheres negras escravizadas vivenciaram a escravidão de forma muito específica e que essas experiências possibilitaram o desenvolvimento de traços de personalidade de coragem, resistência e princípios coletivos que a faziam ser diferentes das mulheres brancas.

Collins (2015), analisando o período da escravidão e sua repercussão, afirma que a escravidão foi uma instituição de raça, classe e gênero e não apenas racista: “[...] retirar qualquer uma dessas peças diminui nosso entendimento da real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão” (COLLINS, 2015, p. 21).

A escravidão atuava de forma profundamente patriarcal conforme nos lembra a autora, já que havia o controle da sexualidade da mulher branca para

manter os herdeiros legítimos e da fertilidade da mulher negra para continuidade da escravidão.

O feminismo negro emerge de um universo no qual a necessidade de construir a autodefinição da mulher negra encontra suas contradições. Já que a “condição da mulher negra permanece rotineiramente depreciada” (COLLINS, 2019, p. 275). A autora (2019) aponta para a objetificação das mulheres negras e para a categoria do outro invisível deste grupo. Para ela a autodefinição é importante e perpassa por autovalorização e respeito, assim como autoconfiança e independência, mas principalmente pelas relações de poder que são estabelecidas:

Ao insistir na autodefinição, as mulheres negras questionam não só o que tem sido dito sobre as mulheres afro-americanas, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que tem o poder de definir. Quando nós mulheres negras, nos definimos, claramente rejeitamos o pressuposto de que aqueles em posição que lhes garante autoridade para interpretar nossa realidade têm legitimidade para tanto (COLLINS, 2019, p. 295).

A teoria feminista do conhecimento permite nesse estudo uma indagação e reflexão através do objeto analisado. Essa perspectiva feminista, conforme aponta Rago (2019), critica o modo dominante de produção de conhecimento científico ao mesmo tempo em que propõe uma nova relação entre teoria e prática, na qual haja no interior da análise uma interação dialética e um diálogo crítico. Ademais, Rago (2019), refletindo a partir de Michel Foucault, reconhece as relações de poder que estão presentes na produção de saberes.

A Epistemologia Feminista possibilita questionar a produção do conhecimento a partir de estereótipos de gênero que desde sua origem apresenta a mulher como ser cognitivo inferior ao homem, cuja subordinação precisa ser questionada (KETZER, 2017). Entendemos, portanto, que o conhecimento é sempre socialmente situado e parcial, já que as desigualdades entre homens e mulheres influenciam a produção epistemológica. O conhecimento também denuncia as relações de poder racial e de gênero implícitas na sociedade e revela as características hegemônicas de quem a produz, particularmente branca, masculina e colonial (KILOMBA, 2016).

Grada Kilomba (2016) traz uma questão essencial sobre quem foram as pessoas autorizadas a falar durante toda a história da nossa sociedade. Numa sociedade como a nossa os homens brancos, cis e héteros foram os únicos autorizados a falarem e serem escutados também. Kilomba (2016) nos provoca sobre as consequências do silenciamento do negro que parte de verdades reprimidas e que incomoda aqueles que sempre foram autorizados a falarem.

A teoria do Lugar de Fala de Djamila Ribeiro (2020) em a capacidade de refutar a universalidade, quando aponta que as identidades são heterogêneas e que a identidade homem branco também é um lugar ocupado nessas relações de poder.

Ribeiro (2020) apresenta os equívocos sobre o lugar de fala e a representatividade. Essa confusão remete ao fato de que somente um grupo social poderia falar das suas opressões, desresponsabilizando o grupo opressor a pensar e falar sobre isso. Essa responsabilidade tem a ver com uma questão ética de pensarmos a partir do lugar que ocupamos, suas implicações e hierarquia. Desta maneira, um homem pode falar sobre sexismo e machismo a partir do lugar de privilégio que ele ocupa enquanto homem, levando em consideração as implicações que esse lugar tem para a questão de gênero.

Diante disso, a autora entende que todas as pessoas possuem lugares de fala, todas as pessoas podem falar, no entanto cada pessoa vai falar do lugar social que ela ocupa. É necessário que os grupos privilegiados percebam o lugar que ocupam e a hierarquização imposta.

Djamila Ribeiro (2020) esclarece o conceito de decolonizar o conhecimento. Segundo a pesquisadora, o conceito tem sentido de evidenciar identidades sociais que foram silenciadas em detrimento de outras identidades que foram colocadas no centro do conhecimento, como aquele que dita o que deve ser pensado, falado e praticado. Quando intelectuais e militantes evidenciam as opressões de raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, observamos com isso o movimento hegemônico do conhecimento classificando-o como identitários.

Entendemos que a economia também deve ser analisada pela perspectiva de gênero, portanto, nesse contexto, a partir dos anos de 1960, diversas autoras se dedicaram a estudar a economia por um viés crítico ao modelo neoclássico e marxista. A Economia Feminista ganha forma e conteúdo

diante de um cenário onde se debate a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua participação e todas as desigualdades existentes. A economia feminista propõe romper com a lógica de que esse assunto é de especialistas, de fórmulas e números. A perspectiva feminista da economia é incorporada à experiência cotidiana de produção do viver.

A teorização sobre gênero estabeleceu outro paradigma para a economia. Carrasco (2005) destaca o trabalho de Michele Pujol como importante economista feminista, que ao longo de sua principal obra, *Feminism and Anti-Feminism in Early Economic Thought*, discute sobre a posição marginal na qual são tratadas as mulheres na esfera econômica.

Ao longo do processo de industrialização no século XVIII, sob o cenário de transformações tecnológicas e sociais, a economia política ocultava em suas produções a divisão sexual do trabalho e o labor familiar doméstico como pano de fundo para o desenvolvimento do processo capitalista.

Certamente a questão é muito mais complexa daquela que formulamos aqui. Rago (2019) aponta para a perspectiva de Joan Scott (1991) a respeito da divisão sexual do trabalho e uma análise crítica da história. Rago (2019) nos adverte que a divisão sexual do trabalho é efeito do discurso e não reflexo das relações econômicas. As mulheres não passaram a escolher entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado no período histórico da industrialização, esta posição foi fruto do discurso masculino que estabeleceu “a inferioridade física e mental das mulheres” provocando desta maneira uma “divisão sexual da mão de obra no mercado de trabalho” (RAGO, 2019).

O movimento operário reforçou esse comportamento normativo das mulheres como frágil e abnegada desde meados do século XIX e impôs barreiras na participação política das mulheres. Segundo Rago (1985):

[...] o movimento operário, por sua vez, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar. Ao reproduzir a exigência burguesa de que a mulher operária correspondesse ao novo ideal feminino da “mãe”, ‘vigilante do lar’ o movimento operário obstaculizou sua participação nas entidades de classe, nos sindicatos e no próprio espaço da produção, demandando seu retorno ao campo que o poder masculino lhe circunscreveu: o espaço da

atividade doméstica e o exercício da função sagrada da maternidade (RAGO, 1985, p. 63-64).

Convém notar que ao mesmo tempo em que o discurso dominante posicionava a mulher em um lugar determinado, reforçava e valorizava também a força de trabalho masculina dentro da lógica da divisão sexual do trabalho.

O grande objetivo da economia feminista é contribuir para transformar a disciplina “explicitando o papel econômico específico das mulheres e da família e as condicionantes a que elas estão sujeitas enquanto agentes econômicos” (COELHO, 2009, p. 128).

Portanto, a epistemologia feminista, dentro da lógica da economia, propõe um posicionamento que questiona a suposta neutralidade da disciplina apontando para um horizonte onde haja um compromisso político. A epistemologia feminista trilha uma via diferente daquela trilhada pela ciência clássica, ela distingue os caminhos e se constituiu a partir das vozes daquelas que foram silenciadas, sendo desta maneira um campo teórico em constante construção (LOURO, 1997).

Para muitas estudiosas (LOURO, 1997; RAGO, 2019; PERROT, 2005) a mulher, enquanto sujeito do conhecimento, foi negada por muito tempo na história. É nesta perspectiva que Perrot (2005) aponta em sua proposta de releitura da história, a partir do feminino, a ausência da mulher na narrativa historiográfica. Os registros da história eram realizados a partir das descrições do mundo público, no qual não havia presença de mulheres. Estas claras divisões das esferas públicas e privadas marcavam os assentos e pertencimentos das relações de gênero, à medida que o mundo público pertencia aos homens, enquanto que o privado a mulheres.

Quando a mulher passou a ocupar os lugares de saberes concebeu-se outro paradigma, abandonando a noção da suposta objetividade e introduzindo desta maneira a dimensão subjetiva no processo de conhecimento (RAGO, 2019; LOURO, 1997). Essa dimensão subjetiva que os estudos feministas propõem tem implicações de caráter prático para a pesquisa. Deste modo, a pesquisadora influencia e é influenciada pelo seu objeto de pesquisa.

Reconhecendo a importância de contar de maneira, mesmo que breve, a história de luta, enfrentamento e conquistas das mulheres, consideramos esse

um exercício importante e necessário a ser realizado e revisitado para alcançar a compreensão do cenário de luta feminista hoje e de valorização das primeiras e legítimas feministas brasileiras, assim como evidenciar a potencialidade feminina no século XXI.

Duarte (2019), na tarefa de contar a história do feminismo no Brasil, elege quatro momentos que, segundo a autora, não devem ser compreendidos como momentos estanques, mas como movimentação que inclui fluxos e refluxos em seu interior.

O primeiro momento de movimentação feminista, segundo Duarte (2019), ocorreu através da garantia do direito básico de aprender a ler e escrever. No início do século XIX no Brasil, as mulheres em geral eram impedidas de terem acesso ao conhecimento e à alfabetização mais ampliada. Nessa época destaca-se Nísia Floresta Brasileira Augusta, cujo feito direcionou a denunciar as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres através da publicação de livros e textos em jornais. Nísia possibilitou, por meio de traduções para o português, aproximar e dar visibilidade na época a produções textuais de mulheres europeias sobre a temática de igualdade de gênero.

O segundo momento de destaque das investidas das mulheres em prol da luta por mais direitos foi reafirmado pelas produções literárias de diversas mulheres em periódicos, jornais e folhetins, que dentre outras publicações, denunciavam a opressão sofrida por elas e o clamor pela defesa da igualdade e direito à educação. Avançando nessas reivindicações começou a surgir – através também da arte e do teatro – as primeiras mulheres defendendo o direito ao voto no Brasil, do mesmo modo que se ampliou a imprensa feminista na época.

Para o terceiro momento da construção da memória feminina brasileira, destacamos a liderança de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Seus escritos colaboraram para a ampliação significativa e divulgação de ideias feministas para o sufrágio, acesso ao mercado de trabalho e educação. Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura entre outras fundaram a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que após tornou-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, importante movimento que permaneceu em funcionamento por quase cinquenta anos.

O quarto momento da luta e reivindicação das mulheres no Brasil ocorreu por volta da década de 1970. Dentre várias bandeiras de luta contra a desigualdade e discriminação, as mulheres brasileiras lutavam também em defesa da redemocratização, já que o país vivia no contexto histórico da ditadura militar. Mesmo inseridas nesse cenário as principais bandeiras levantadas pelas feministas brasileiras eram também pautas voltadas para sexualidade, planejamento familiar e aborto. Nesse quarto momento destacamos também a participação feminina na política, a organização de grupos de mulheres em prol do avanço na Constituição Federal – conhecida como *lobby do batom*.

No Brasil a luta pelos direitos das mulheres atravessou o período de ditadura com agendas específicas, apesar dos obstáculos para ampliar estratégias devidas ao contexto ditatorial. Pitanguy (2019) relembra a luta pela redemocratização e o movimento cívico organizado por mulheres em movimentos, sindicatos e associações. Destas requisições foi criado em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão federal organizado em comissões específicas como violência, saúde, creche, cultura e trabalho com conselho deliberativo, que pautava as agendas de igualdade de direitos das mulheres no cerne de uma instituição política.

A partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi estruturado um programa de trabalho voltado a Assembleia Constituinte cujo slogan era: *Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher e Constituinte para valer tem que ter palavra da mulher*. Pitanguy (2019) considera este movimento o maior da história brasileira pelos direitos da mulher e que apesar de ter acontecido numa época sem internet e comunicação como existe hoje, conseguiu mobilizar mulheres de todo o país para a importância daquela atuação naquele momento.

Um dos frutos do trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Aprovada em agosto de 1986, o documento apresentava diversos capítulos que versavam sobre aspectos da família envolvendo igualdade entre os cônjuges, acesso da mulher rural à titularidade de terra e dever do estado em coibir a violência nas relações familiares. Outros aspectos foram apresentados na Carta como isonomia salarial, direitos previdenciários e trabalhistas a empregadas domésticas,

proteção da maternidade, obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e criminalização de qualquer ato que envolvesse agressão física.

No campo acadêmico a década de 1970 e 1980 testemunhou a institucionalização dos estudos de gênero através da criação de diversos núcleos de estudo, grupos de trabalho, congressos, colóquios dedicados ao tema, bem como o necessário desenvolvimento de pesquisas e produção acadêmica.

No que se referem à teorização do feminismo, importantes estudiosas da temática pesquisam a respeito do movimento feminista na atualidade. Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) introduzem o pensamento feminista socialista na contemporaneidade e vincula com os diversos movimentos de luta e enfrentamento a opressão de grupos minoritários, ao mesmo tempo em que propõem uma nova construção de sociedade.

Dentre as teses que as autoras (2019) se dedicam a debater, enquanto um manifesto, destacamos as recentes greves que aconteceram em diversos países e que estão reanimando a luta histórica pelos direitos das classes trabalhadoras. Essa onda de greves feministas abriu reflexões sobre o lugar do trabalho e o que é considerado trabalho. Segundo as autoras (2019), essa nova onda reinventou a greve colocando o labor reprodutivo em evidência e como pilar de sustentação do capitalismo; o que possibilitou compreender o papel do capital se beneficiando desta atividade, porém se remunerá-la.

As autoras são ousadas em afirmar que esta nova onda feminista tem potencial para superar a dicotomia entre “política identitária” e “política de classe”, já que aponta para a não desvinculação entre o “local de trabalho” e a “vida privada”. Aspecto este que fomenta, ao mesmo tempo, a denúncia das ações neoliberais no sistema de saúde, educação, habitação, etc.

O feminismo liberal é um ponto de destaque, já que, segundo as pesquisadoras, este apresenta visão distanciada da realidade da maioria das mulheres. O grande objetivo do feminismo liberal é manter a opressão que existe para com as mulheres em vários âmbitos da vida. A meritocracia recebe grande atenção na tese das pesquisadoras, visto que ela é utilizada como instrumento do movimento feminista. A meritocracia é focada no individualismo e no elitismo e não poderia representar a maioria das mulheres em razão da

vinculação com o neoliberalismo que se utiliza das pautas feministas para impulsionar suas próprias pautas.

Apresentando um contraponto ao feminismo liberal, as autoras defendem a necessidade de superar o capitalismo. O feminismo anticapitalista permite reconhecer os processos materiais que o planeta perpassa como destruição ecológica, guerras, racismos e xenofobia. O feminismo anticapitalista pressupõe a defesa de todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, não somente mulheres, já que se procura o bem-estar da maioria.

O capitalismo que vivemos hoje, na sua versão mais perversa, pode afetar a vida de todas as pessoas. A cada crise do capitalismo observamos o estreitamento de direitos trabalhistas, a destruição da natureza, entre outras coisas. A proposta para confrontar a desigualdade e a miséria está na base do capitalismo e para atingi-la é necessário superar esse sistema que ciclicamente vivencia momentos de crise afetando os mais vulneráveis.

Ainda seguindo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o capitalismo se utiliza da reprodução social para manter sua estrutura. A reprodução social não é valorizada, no entanto, gera lucro e é baseada no gênero. São as mulheres que realizam o trabalho de produção de pessoas. As mulheres por sua vez são vítimas dessa grande crise do capital, na medida em que sofrem com assédio sistemático, estupro político e escravização. Ao passo que também elas representam a possibilidade de transformação da realidade, quando são pautadas e denunciadas essas agressões e assédios diversos.

O conceito de reprodução social precisa ser aprofundado e colocado sob a ótica do capitalismo. As autoras (2019) destacam, ainda, três pontos relevantes para o debate no movimento feminista na atualidade: a quantidade de tempo e recurso para manter seres humanos; esse trabalho de manter seres humanos é feito por mulheres; e que a sociedade capitalista não confere nenhum valor a esse trabalho.

Mesmo diante de grandes avanços, conquistas do movimento feminista, ainda hoje, nós mulheres até então vivenciamos reflexos de uma sociedade patriarcal que impõe severas consequências na vida das mulheres, como a crescente violência e feminicídio, salários desiguais, tímida participação na política dentre outras lutas travadas na atualidade.

A epistemologia feminista corrobora com esta pesquisa, na medida em que torna a pesquisadora imbricada e comprometida com a investigação, uma vez que esse estudo se justifica pela relevância da temática sobre mulheres que se organizam coletivamente de forma economicamente solidária e têm como finalidade gerar renda frente à dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. A pesquisadora enquanto mulher negra residente em região periférica do estado do Rio de Janeiro se coloca de maneira situada e interessada nesta investigação social.

A realidade social deste objeto de pesquisa pretende revelar o cenário e o dinamismo da vida individual e coletiva das mulheres, seus signos e significados. Sendo assim, os Empreendimentos de Economia Solidária são espaços de inclusão de trabalho e renda para as mulheres, além disso, são espaços de fortalecimento e interação entre as que vivenciam os efeitos da sociedade patriarcal e desigual e que resgata desta maneira a longa luta das mulheres nos movimentos sociais. E, além disso, podemos afirmar que os Empreendimentos de Economia Solidária são espaços de resistência para mulheres negras.

1.4 Economia Solidária pelas mãos das mulheres

O que chama a atenção ao se estudar os grupos de economia solidária é a expressiva participação das mulheres. O Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), mapeou 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), no Brasil, entre os anos de 2009 e 2013. Desses empreendimentos, a agricultura familiar corresponde a 53,3% do total de atividades solidárias, o segundo lugar é ocupado por atividades artesanais, que correspondem a 17,9% do total de projetos no Brasil. Dentre as atividades artesanais de economia solidária, 78,1% são realizadas por trabalhadoras mulheres.

Dos Empreendimentos Solidários mapeados pelo Projeto Brasil Local Economia Solidária e Feminista Guayí, no ano de 2012, identificaram-se que 48% de atividades de artesanato são compostas majoritariamente por mulheres, seguidos de 17% nas atividades de confecção, 13% de alimentação

e 22% de outras atividades. Esse levantamento nos aponta para a presença das mulheres em atividades tipicamente femininas, já realizadas por elas na divisão sexual do trabalho, como extensão dos afazeres domésticos.

Interessa ressaltar sobre a informalidade nos empreendimentos solidários, no que se refere à questão de gênero, uma vez que as pesquisas revelam que os empreendimentos e as cooperativas informais são compostos em sua maioria por mulheres. O mapeamento realizado pelo DIEESE (2015) apresenta a informação que as cooperativas organizadas por grupos informais apontam maior proporção de mulheres (63,2%), enquanto a presença de homens em empreendimentos informais é menor (36,8%). Diante desses dados e constatações é possível afirmar inicialmente que a economia solidária é atravessada e marcada pelas relações de gênero.

É pertinente, portanto, um parêntese sobre a questão da informalidade na Economia Solidária, afinal não a estamos reduzindo ao escopo da informalidade. Por se tratar de um campo complexo, entendemos que um empreendimento ser informal não significa necessariamente ser precário, e sim ter dificuldades de assumir responsabilidades legais diante de órgãos públicos e privados, o que pode afetar seu crescimento e ampliação.

Apesar disso, são vários os motivos que contribuem para que as trabalhadoras permaneçam nas atividades associativas e cooperadas. Na pesquisa realizada pelo Dieese (2017) sobre a Comercialização na Economia Solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal lideradas por mulheres, foi apontado que a conciliação entre a etapa de produção e o trabalho doméstico era um fator importante mencionado pelas trabalhadoras. Foi revelado na pesquisa que as mulheres encontraram mais oportunidades na atividade artesanal do que quando estavam tentando se alocar no mercado formal de trabalho, no entanto, a remuneração da atividade artesanal é ainda utilizada como complemento da renda familiar e não como fonte principal de renda, o que inviabiliza a profissionalização e a dedicação para ampliação do empreendimento.

Conforme exposto na pesquisa, a Economia Solidária para as mulheres surge, dentre outros aspectos, como alternativa para geração de renda e possibilidade de autonomia financeira, embora seja um campo com forte presença feminina, as mulheres encontram nessas atividades opção de

assalariamento frente ao crescente cenário de desemprego, conforme salienta Lima (2006):

Mesmo o “movimento” de economia solidária não reflete exatamente uma movimentação prévia ou de reivindicações coletivas, mas uma alternativa de sistematização de opções de trabalho e renda a partir de formas autogeridas de produção, como resistência ao crescente desemprego e à exclusão social de contingentes cada vez maiores da população (LIMA, 2006, p. 308).

Podemos observar que os estudos e pesquisas sobre a temática não abarcam as questões de raça e gênero, estão centrados apenas na questão da classe, ou seja, a interseccionalidade de classe, raça ou etnia e gênero, enquanto campo de estudo, ainda é pouco explorada nas análises da economia solidária (HILLENKAMP; GUÉRIN; VERSCHUUR, 2014).

Guérin (2003) nos lembra que há uma tendência a negligenciar ou até esquecer o papel das mulheres no movimento associativo francês do século XIX e XX. As práticas associativas eram conduzidas por mulheres com o intuito de responder às necessidades dos mais pobres (analfabetismo, tuberculose, etc), de tal forma que as mulheres estão na origem da profissão do trabalho social (GUÉRIN, 2003).

Em sua tese de doutorado, Cherfen (2014) buscou compreender e analisar os avanços e limites de três Organizações Sociais Produtivas de Trabalho Associativo/coletivo (Empresa Recuperada Catende-Harmonia de Recife/ Pernambuco; Rede de Mulheres Produtoras do Recife e Região Metropolitana; e a Cooperativa de Triagem de Resíduos Sólidos “Bom Sucesso” de Campinas/São Paulo) que são agrupados pela política de Economia Solidária a partir do cruzamento das categorias de classe, gênero e raça presentes nas iniciativas pesquisadas e nas trajetórias de homens e mulheres, brancas/os e negras/os, que participam desses empreendimentos. A autora defende a tese de que os empreendimentos pesquisados

[...] apresentam a prioridade de enfrentamento das relações de classe, focados, sobretudo, no desemprego, oportunidades de geração de renda e superação da fome e miséria de parte da população brasileira. Contudo, não priorizam as questões de gênero, sobretudo as de raça, com a mesma relevância, não considerando, portanto, a coextensividade dessas relações sociais como estruturantes da sociedade, tanto como a classe (CHERFEN, 2014, p. 244).

Para a autora, sua pesquisa comprovou que nessas Organizações Sociais Produtivas existem oportunidades diferenciadas para homens e mulheres em algumas experiências, silenciamento das questões raciais no âmbito das iniciativas pesquisadas e, que apesar da ênfase nas questões de classe, outras relações sociais são atravessadas, principalmente as de gênero e raça que tornam a questão mais complexa.

No que se refere à prática de autogestão (princípio fundamental da Economia Solidária), Cherfen (2014) aponta para a necessidade do rompimento da divisão sexual e racial do trabalho nas atividades quotidianas das Organizações Sociais Produtivas.

No que se refere à divisão sexual do trabalho, foi observada na pesquisa da referida autora, que as tarefas realizadas por homens e mulheres são pautadas em estereótipos de gênero, como força física e habilidades, bem como a dificuldade de mulheres ocuparem cargos de poder e decisão. Em relação à divisão racial do trabalho, a reprodução das desigualdades é explícita, já que a maior parte dos/as trabalhadores/as dessas organizações sociais produtivas analisadas são pretos/as ou pardos/as, sobretudo mulheres negras de baixa renda que ocupam lugar no trabalho precário de algumas Organizações, principalmente na cooperativa de reciclagem.

Segundo Nobre (2003), os debates sobre Economia Popular Solidária englobam temáticas como desemprego, oportunidades de geração de renda e da superação da fome e miséria de parte da população brasileira, que não priorizam as questões de gênero e de raça.

A presença das mulheres na Economia Solidária evidencia aspectos relacionais da sociedade. Importam entender as relações de poder nas quais estas mulheres estão envolvidas, dando visibilidade as suas experiências que criam e recriam seu lugar e sua história a partir da organização coletiva entre mulheres possibilitando de certa maneira uma releitura da realidade social.

CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (Paul Singer, 2002).

2.1 Economia Solidária: buscando definição

A história da Economia Solidária teve início no século XIX, pós-estruturação do capitalismo industrial, quando o advento das máquinas impôs o desemprego de muitos artesãos e a exploração dos trabalhadores das fábricas. Segundo Singer (2002), Robert Owen, proprietário têxtil britânico, apresentou proposta alternativa à exploração dos trabalhadores na época com jornadas reduzidas de trabalho e proibição de trabalho infantil, fato que possibilitou o aumento de seus lucros de capital.

Uma das iniciativas fomentadas por Owen em 1817, foi a criação das Aldeias Cooperativas, que possibilitou a compra de terras por parte do governo para que inúmeros trabalhadores vivessem e trabalhassem. O movimento de criação de cooperativas na Inglaterra cresceu junto com o movimento sindicalista (Singer, 2002). A Economia Popular Solidária se estabeleceu, enquanto movimento da economia social, durante o século XIX na Europa e América do Norte e após se expandiu para os países da América do Sul.

O cooperativismo operário de Robert Owen é citado inúmeras vezes pelo passado histórico da Economia Solidária, visto que suas proposições econômicas se diferenciavam das práticas da época. Dentre seus posicionamentos se destacam o movimento sindical para formação de cooperativas, com intuito de tomar os mercados capitalistas e também a criação do Labour Exchange, que vinha depois a ser um sistema de clubes de troca estabelecidos na década de 1980 (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Outro antecedente histórico importante da Economia Solidária, lembrado por Laville e Gaiger (2009), é a cooperativa de consumo, de

produção e de créditos, que no fim do século XIX tornou-se um grande movimento social de cooperativismo.

O cooperativismo abarca um conjunto de características específicas que possui uma identidade situada e uma perspectiva histórica. Namorado (2013) traz o conceito da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) para nomear o cooperativismo como:

[...] uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer económicas, quer sociais, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada (NAMORADO, 2013).

Dentro desta perspectiva os autores (LAVILLE; GAIGER, 2009; NAMORADO, 2013) salientam que a lógica do cooperativismo está alicerçada na ideia contrária a lógica lucrativa das empresas capitalistas, isso é devido a essa subalternidade na sociedade de consumo que o movimento cooperativista é invisibilizado; o movimento cooperativo mundial, no entanto, está em expansão em diversos setores de atividade e em todos os continentes. As cooperativas são responsáveis por cem milhões de empregos ao redor do mundo, o que representa 20% do emprego gerado por todas as empresas multinacionais juntas, segundo Namorado (2013).

2.2 Termos elementares para a Economia Solidária

Para compreensão da Economia Solidária e também para deslocar de qualquer entendimento genérico a respeito do tema, é relevante apresentar algumas terminologias que correspondem aos princípios desta outra economia, enquanto alternativa para a economia atual hegemônica. Apresentaremos nesta seção os termos elementares como autogestão, solidariedade e utopia.

A autogestão é, para a Economia Solidária, a dimensão da participação popular entre seus membros e tem como fio condutor a democracia como projeto de organização. Segundo Mothé (2009), o termo autogestão foi cunhado pelo partido comunista iugoslavo em 1950, para designar a modernização econômica do país. Na França em 1968, o conceito de autogestão assumiu um caráter mais radical baseado no socialismo amparado pelo marxismo.

As ideias autogestionárias e suas práticas podem ser representadas por dois vieses: o político e o alternativo. Para Mothé (2009), os militantes políticos vinculam a autogestão à transformação política com ideais socialistas, já que a presença da democracia direta faz parte da política de poder. O viés alternativo das ideias autogestionárias, por sua vez, tem caráter limitante para a autogestão presente em alguns espaços e instituições.

Vale ressaltar o caráter político revolucionário da autogestão para Mothé (2009), que repousa sobre três hipóteses, são elas: i) a incompatibilidade do sistema capitalista com a autogestão, já que este sistema produz desigualdade econômica; ii) o exercício de poder corromperia o indivíduo; e iii) os indivíduos não explorados pelo sistema capitalista possibilitariam um maior investimento nas questões políticas. O viés revolucionário da autogestão rejeita qualquer possibilidade da presença desta na economia de mercado e desconsidera experiências de democracia direta em cooperativas e associações.

Apesar de a autogestão ser uma característica da Economia Solidária, ela apresenta certos limites e contradições. Lisboa (2005) salienta que as experiências históricas dos movimentos cooperativistas e autogestionários mostraram que as atividades autogeridas não garantem escapar da lógica do capital e nem a eliminação de relações de classe e exploração. Segundo Lisboa (2005, p. 113), “[...] o fato de uma atividade ser economicamente sustentável e autogerida não a qualifica como parte dum outro modo de produção, nem a torna mais desejável ou aceitável”.

Outro ponto de contradição da autogestão se refere a atividades que em sua essência não permitiriam ser geridas de formas autogestionárias como aeroporto, polícia, tribunal e entre outras atividades. No entanto, como nos lembra Lisboa (2005), atividades dessa natureza poderiam ser desenvolvidas sem exploração, sem visar o acúmulo de capital, com respeito à diversidade e sendo sustentáveis; desta forma, objetivando, o espírito de solidariedade.

A solidariedade possui duas formas conceituais opostas que é a solidariedade filantrópica e a democrática. Cada conceito abarca uma visão de sociedade diferente e suas relações acontecem a partir de momentos distintos na história. A solidariedade enquanto filantropia é marcada pela moralização daquele que pratica o ato solidário. É possível observar práticas de poder e dominação e elementos de hierarquização e manutenção da desigualdade,

conforme destaca Laville e Gaiger (2009). A solidariedade democrática reúne características de ações coletivas de auto-organização e movimento social com base em democracia econômica e social.

A palavra utopia etimologicamente é formada pelas palavras gregas *ou* do advérbio de negação e *topos* da palavra lugar. Segundo Cattani *et al.* (2009), o termo foi criado pelo filósofo Thomas Morus em sua obra publicada em 1516, para se referir a um lugar ideal que abriga uma sociedade igualitária, justa e feliz. A palavra utopia permaneceu com esta vinculação de significado positivo até o século XVII, no entanto no meado deste século até o presente, a terminologia ganhou um sentido negativo e depreciativo de que a utopia seria algo fora da realidade, algo inalcançável.

O termo hoje está vinculado a planos e projetos de superação da realidade social e econômica; há nos últimos anos, contudo, o avanço do discurso neoliberal e ultraneoliberal que apresenta a realidade como algo imutável, na qual todas as desigualdades presentes na sociedade são naturais e intransponíveis. A razão utópica não se resume a olhar e compreender a realidade social, tão somente sua proposição se expressa através do rompimento da naturalização das coisas e transformação da realidade.

2.3. Economia Solidária na América Latina

A Economia Solidária na América Latina surge após a sua expansão na Europa e América do Norte no século XIX, todavia ela se apresenta nos países terceiomundistas com outras nomenclaturas e formatos. A Economia Solidária nos países do Sul se confunde inicialmente com o terceiro setor e com a economia popular, abrindo espaço para intervenções diversas e diferentes de um novo modo de produção.

Nos países da América Latina, a Economia Solidária reivindica um compromisso social de produção material que vincula experiências genuínas de trabalhadores rurais, indígenas e imigrantes. Importa compreender, mediante atividades econômicas, a lógica inversa imposta pela economia de mercado, dado que nos países periféricos as consequências da acumulação de

capital se apresentam em formato de questões sociais como miséria e desigualdade.

Na América latina observam-se avanços e esforços para a propagação da Economia Solidária e sua valorização nos governos de natureza progressista. Chiariello, Fonseca e Moraes (2021 *apud* Corraggio, 2014) destaca três diretrizes adotadas pelos governos da América Latina, para fomentar a Economia Solidária na agenda pública, são elas:

a) orientação para questões sociais; b) acelerar a aplicação de novos programas e políticas de caráter popular, inclusive de ES; c) formalizar a institucionalização da ES mediante marcos legais, reconhecendo suas particularidades, definindo as responsabilidades do Estado para com suas demandas e modificando os marcos constitucionais (CHIARIELLO; FONSECA; MORAES, 2021 *apud* CORRAGGIO, 2014)

Cada país da América Latina adotou formas diferenciadas de diretrizes para fomentação da Economia Solidária. Segundo Chiariello, Fonseca e Moraes (2021), países como Argentina, Uruguai, Brasil e Venezuela promulgaram leis normatizadoras para regulamentar os empreendimentos de economia solidária. Ao passo que países como Equador, Bolívia, Honduras, Colômbia e México adotaram medidas de leis mais abrangentes e promoção de economia plural. No geral os países da América Latina fomentam a Economia Solidária com o objetivo de combater desemprego, pobreza, miséria e exclusão social.

Sobre a institucionalização da América Latina, Chiariello, Fonseca e Moraes (2021), chama atenção para os desafios de experiências de Economia Solidária perder forças em mudanças de governo ou poder político nos países e de que os movimentos sociais necessitem de mobilização constante nas mudanças de governos para articulação de suas agendas. O autor aponta, diante desses desafios, para o fato de que as políticas públicas voltadas para Economia Solidária podem ter caráter de política de governo e não de Estado, o que prejudica a sua própria institucionalização.

2.4 Economia Solidária no Brasil

O avanço da Economia Solidária no Brasil se deu a partir da crise da industrialização no início da década de 1980, com fechamento de empresas, demissões em massa e aumento do desemprego (SINGER, 2002) e também através de movimento de militantes antineoliberais que pautavam uma nova reestruturação do trabalho e da renda (POCHMANN, 2004).

A Economia Solidária no Brasil se institucionalizou a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho (MTb), no mandato dos governos Lula (2003 e 2010) e na continuação da gestão petista com os governos Dilma (2011 a 2016). A SENAES teve papel importante para operar políticas públicas, fomentar pesquisas e apoio estratégicos na Economia Solidária brasileira.

No início da década de 1990, empresas falidas foram assumidas pelos seus trabalhadores como cooperativas autogestionárias. A mais destacável experiência aconteceu no município de Franca, em São Paulo, com a falência da empresa de calçados Makerli, em 1991, dando lugar a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), em 1994.

Outra iniciativa de cooperativas autogestionárias no Brasil é o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) do Movimento dos Sem Terra (MST), criado em 1990, e que é dividido em três formas principais: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (SINGER, 2002).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, para coordenar as políticas de economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Dentre os inúmeros objetivos do fomento dessa Secretaria Nacional, podemos citar: i) articulação com representações da sociedade civil para diretrizes da política de Economia Solidária; ii) planejamento e avaliação de programas voltados para essa política; iii) colaboração com desenvolvimento de Programas de combate ao desemprego e à pobreza; iv) contribuição com microfinanças estimulando o cooperativismo de crédito; v) incentivo às relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação; e vi) valorização dos seres humanos e do meio ambiente.

A SENAES representou a inserção da Economia Solidária como eixo estruturante de políticas públicas e arranjo entre diversos ministérios e órgãos (CHIARIELLO; FONSECA; MORAES, 2021). A Secretaria Nacional ramificou suas ações e diretrizes de maneira descentralizada em outros órgãos do governo como forma multidisciplinar desta política e alcançou outras em suas ações como educação, pesca, saúde, habitação, meio ambiente e desenvolvimento social.

No Ministério de Desenvolvimento Social, entre os anos de 2012 a 2016, a Economia Solidária esteve presente no escopo do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS). O Programa tem por finalidade promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho, além da competência "a mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social para acesso a cursos de capacitação e formação profissional" (BRASIL, 2011). O Programa foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) através da Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012.

O Programa Acessuas oportunizava o acesso dos usuários da política de Assistência Social aos programas, serviços e benefícios da rede socioassistencial e aos programas e serviços de outras políticas públicas, bem como as oportunidades de inclusão produtiva presentes no município. Esta ação se dá por meio do mapeamento das oportunidades do território como cursos de qualificação profissional, projetos de inclusão produtiva, ações de economia solidária, associativismo, cooperativismo e de MEI, microcrédito e SINE.

A SENAES integrou o Plano Brasil Sem Miséria de erradicação da pobreza extrema e do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária do governo federal a partir de 2012. Com o cenário político de crise econômica, social e política do país nos últimos anos, a SENAES passou ao estágio de desinvestimento de suas ações. Em 2016 ela foi rebaixada ao status de subsecretaria e em 2019 ela foi extinta assim como o Ministério do Trabalho.

As empresas de Economia Solidária têm características diferentes de empresas capitalistas, enquanto as últimas visam um modo de produção com base na propriedade individual e o direito à liberdade individual; as empresas

de economia solidária têm como base a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. O recurso da empresa capitalista pertence a um grupo restrito de pessoas, que são presidentes, gerentes e diretores; já o capital da empresa de economia solidária pertence a todos os que nela trabalham. Não há acumulação de capital por parte de pequenos grupos na empresa solidária, os excedentes anuais são reinvestidos na própria empresa sob decisão dos trabalhadores.

Na perspectiva da Economia Solidária podemos citar quatro modalidades de cooperativas, são elas: produção, comercialização, consumo e crédito. A esse respeito, Singer (2002) aponta que as cooperativas de produção são aquelas que produzem bens ou serviços para vender no mercado. A esta modalidade de cooperativa se aplica as características de autogestão, democracia e igualdade entre seus membros, diferentemente das outras três modalidades.

As cooperativas de comercialização são formadas, em sua maioria, por pequenos e médios produtores, tais como: agricultores, artesãos, taxistas, profissionais liberais, entre outros. Essas cooperativas realizam atividades econômicas em pequena escala e se associam entre outros pequenos produtores para assim gerar ganhos maiores. As cooperativas de consumo têm como objetivo realizar compras em conjunto e têm como finalidade oferecer mercadorias com preços menores para os associados. As cooperativas de créditos oferecem serviços financeiros, seria uma alternativa aos bancos comerciais. Os empréstimos normalmente são voltados para investimentos na produção.

Dentre as quatro modalidades de cooperativas (produção, comercialização, consumo e crédito), a de produção é assinalada por Singer (2002) como o modelo de uma empresa solidária, visto que a lógica de competição, presente no sistema capitalista, não se aplicaria. Nessa organização, os sócios, ou seja, os trabalhadores, compartilham de forma solidária tanto os lucros quanto os prejuízos. Apesar disso, as cooperativas de produção que se apresentam em sua essência como oposto de uma empresa capitalista, existem em números menores no Brasil e nos outros países.

Empresa capitalista é administrada pela lógica da heterogestão, cujo princípio se apresenta pela hierarquização dos trabalhadores, gerida por um

presidente, gerente ou diretor. As empresas solidárias são organizadas a partir do conceito de autogestão, na qual o princípio básico é a organização democrática cujas tomadas de decisões são realizadas por meio de assembleias entre os trabalhadores ou conselho gestor.

Singer (2002) chama atenção para a diferença entre a economia capitalista e a economia solidária, no que se refere aos seus fundamentos. A economia capitalista parte do pressuposto que o mercado necessita ser competitivo, para que as empresas vendam mais e para que os consumidores tenham mais opções de compra. Esta lógica da competição traz implicações perversas para empresas que não lucram e que podem ter graves prejuízos. Além disso, a competição econômica e a acumulação de capital produzem desigualdades severas, dividindo, assim, a sociedade entre perdedores e ganhadores, entre acumuladores de capital e excluídos socialmente.

O entendimento da solidariedade na economia é o avesso do que é apresentado como natural desde os primórdios do capitalismo. A Economia Solidária se fundamenta na cooperação entre seus membros e não na competição entre eles.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (Singer, 2002, p.09).

O setor de Economia Solidária no Brasil enfrenta nos últimos anos um esvaziamento estratégico de políticas públicas, como exemplo, tem-se a extinção do Ministério do Trabalho, em 2019, no início do governo de Jair Messias Bolsonaro. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania, desvirtuando a Economia Solidária como expoente de política de trabalho e renda e desenvolvimento para o país.

Silva (2019) em seus estudos sobre a temática, lembra-nos que a economia solidária é um conceito polissêmico apresentando diversas nomenclaturas como socioeconomia solidária, empresas autogestionárias, empresa social, novo cooperativismo, economia popular solidária, dentre outras. Apesar de suas atuações heterogêneas, Silva (2019) afirma que são processos e atividades com princípios que se baseiam na autonomia,

responsabilidade e compromisso social com forte diferenciação do âmbito do setor informal.

A experiência econômica solidária não se reduz ao escopo da informalidade, no sentido que sua racionalidade econômica se distingue da capitalista. Conforme aponta Silva (2019):

Nessas experiências, as condições de trabalho necessárias à reprodução da vida de parcelas crescentes da população não vem sendo proporcionadas nem pelo mercado capitalista, nem pelas ações compensatórias do Estado. Sua eficiência está na capacidade de criar espaços de trabalho e renda para um grande número de pessoas e promover desenvolvimento local. Sua racionalidade está ancorada na lógica na necessidade do trabalho enquanto geração de renda para prover e repor os meios de vida da unidade familiar, e não na racionalidade econômica que visa o lucro e à acumulação do capital (SILVA, 2019, p. 33).

2.4.1 Fórum Brasileiro de Economia Solidária

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) completou 20 anos em 2021 e sua história caminha muito próxima a história do campo econômico solidário brasileiro. O FBES é a principal expressão política e organizacional da Ecosol e sua existência é atrelada aos avanços da própria construção desse movimento social.

O FBES está organizado em todo país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária¹⁰.

O FBES foi criado em 2001 impulsionado pelo I Fórum Social Mundial (FSM), que instituiu Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) que contou com a participação de diversas instituições e entidades vinculadas a práticas associativas como sindicatos, igrejas, universidades, estudantes, governos e outros segmentos do rural e urbano. Das doze entidades participantes podemos citar: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE);

¹⁰ FBES. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 23 set. de 2021.

Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED)¹¹.

O objetivo do Grupo de Trabalho Brasileiro no I FSM era construir uma identidade no campo da Economia Solidária brasileira, respeitando a diversidade de cada região do território nacional, visando também à construção dos fóruns municipais, estaduais e regionais. Neste GT elaborou-se a Carta de Princípios da Economia Solidária no Brasil.

O movimento que vinha sendo articulado pelo GT Brasileiro era constituído principalmente por entidades de assessoria/fomento e por um segmento de gestores públicos e apontava para a necessidade de combinar a ampliação regional com o investimento em empresas e empreendimentos de economia solidária. Faltava uma política pública nacional de Economia Solidária e um processo de enraizamento, constituído principalmente através de empreendimentos de economia solidária e empresas de autogestão nas diversas regiões do país (FBES, 2021).

O GT Brasileiro elaborou em 2002, em decorrência da vitória na eleição do Governo Lula, a Carta ao Governo Lula com o nome *Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*. Um importante documento para a história do movimento de Economia Solidária brasileira, já que nos anos seguintes o país testemunhou avanços em políticas e incentivos diversos ao campo econômico solidário brasileiro. O documento apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Sua elaboração e aprovação ocorreram durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, no final de 2002. A SENAES foi instituída pelo Governo Lula entre a realização da II e III Plenárias de Economia Solidária, janeiro de 2003 e junho de 2003, respectivamente. A I Conferência Nacional de Economia Solidária aconteceu em junho de 2006.

¹¹ FBES. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 23 set. de 2021.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é integrado por três segmentos do campo da Economia Solidária, são estes:

- **Empreendimentos Econômicos Solidários:** organizações com as seguintes características: i) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); ii) seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; iii) são organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas; iv) podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real; e v) realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;
- **Entidades de assessoria e/ou fomento:** organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;
- **Gestores públicos:** aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais.

O FBES atua com duas finalidades prioritárias: a primeira é a representação, articulação e incidência na elaboração e no acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais, inserindo-se nas lutas e nas reivindicações sociais sem perder seus princípios e sua autonomia; a segunda finalidade é ofertar apoio para fortalecimento do movimento de economia solidária, a partir dos fóruns municipais, regionais e estaduais.

O Grupo de Trabalho de Mulheres do FBES constituiu-se como desdobramento do GT de Gênero, o qual foi criado após articulação ocorrida na IV Plenária Nacional e reuniu-se pela primeira vez durante a VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em novembro de 2008 (FBES, 2021).

O documento preparatório da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, pela primeira vez, dedicou uma seção específica para debater a questão de gênero no FBES. No Caderno de Aprofundamento aos Debates para a IV Plenária, aponta que para pensar a Economia Solidária, como projeto de Desenvolvimento, é preciso:

[...] reconhecer as desigualdades de Gênero existentes na base da organização social, econômica, cultural e política da sociedade e, sobretudo, contribuir para a sua transformação, construindo a solidariedade de Gênero como plataforma da nova sociedade que queremos (FBES, 2007, p. 42).

O mesmo documento destaca, enquanto elementos fundamentais para o movimento de Economia Solidária, a “superação da herança cultural do patriarcado. A superação da cultura econômica da exploração capitalista” (FBES, 2007, p. 45).

2.4.2 Os desafios da economia solidária na atualidade

A economia solidária enquanto um movimento social de resistência feita por trabalhadores e trabalhadoras se organiza num terreno incerto e difícil. Os avanços e recuos de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para sua expansão e ampliação no território nacional, mostraram-se presentes nos últimos anos, conforme se verificou nesse capítulo. Pontuar suas fragilidades e desafios é relevante e oportuno para a possibilidade de recomposição junto ao projeto de desenvolvimento socioeconômico e enfrentamento das desigualdades sociais do Brasil.

2.4.3 Sobre empreendedorismo e economia solidária

A Economia Solidária avançou e se estabeleceu perante à luta de trabalhadores e movimentos sociais, no entanto, o avanço neoliberal confunde o campo solidário com disputas de narrativas voltadas ao empreendedorismo.

Este é abordado de forma diferente por duas correntes de pensamento: uma mais voltada para os economistas e suas inovações; e outra pelos comportamentalistas enquanto aspectos individuais do ser humano como criatividade. Há autores que se arriscam a sugerir que o desenvolvimento do caráter empreendedor aprende-se com a convivência com outras pessoas empreendedoras na família (CRUZ *et al.*, 2005).

O conceito de empreendedorismo, desde a década de 1970, passou a ser vinculado à solução para a crise do desemprego, desta maneira, a falta de emprego passou a não ser encarada como um problema social e sim uma questão de responsabilidade e dificuldade individual. Esse discurso foi difundido com maior eco no Brasil na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (CARMO *et al.*, 2021).

Carmo *et al.* (2021) apresenta o empreendedorismo como uma ideologia neoliberal, ou seja, através de um “conjunto de crenças que contribuem para justificar e sustentar a ordem capitalista” (p. 22). Esse conjunto de crenças renova o capitalismo por meio de valores, estímulo a competição, ações e estilos de vida que dão sustentação ao modo de viver neoliberal.

Desta forma, o empreendedorismo é compreendido como uma estratégia do capitalismo e camufla a precarização e flexibilização do trabalho através da justificativa do Estado limitado ou Estado mínimo. O indivíduo passa então a pertencer à engrenagem capitalista, agora enquanto uma empresa de si. Seu corpo e toda atividade proveniente dele, sua criatividade, sua persistência, sua capacidade de inovação são peças dessa empresa. Assim como nos lembra Andrada e Esteves (2017, p. 176), “[...] a ética e o discurso empreendedor são a antítese da ética e do discurso solidário”. Assim sendo:

Enquanto os primeiros [discurso empreendedor] propalam a força do indivíduo e estimulam a competição, os segundos [discurso solidário] baseiam-se na força da coletividade e incentivam a cooperação; enquanto os primeiros pretendem o lucro e a acumulação, os segundos estimulam a participação e a distribuição parelha dos resultados aos trabalhadores (ANDRADA; ESTEVES, 2017, p. 176).

Vale a reflexão crítica sobre essa temática tão colada a ideia (pelo senso comum) de Economia Solidária, para delimitar o lugar do qual se parte nessa

pesquisa e o caminho que se percorre tanto quanto os objetivos que se pretende atingir.

2.4.4 Sobre informalidade e economia solidária

Outro ponto que apresentamos no que tange ao desafio na atualidade, para reflexão do movimento social da Economia Solidária, é a matéria da informalidade. Para a OIT¹² o setor de informalidade abarca as seguintes características:

[...] atividades econômicas desenvolvidas seja por trabalhadores, seja por unidades econômicas e que, do ponto de vista legal ou da prática, não são abrangidas por “disposições formais”. Logo, essas unidades operam em situações de invisibilidade que limitam o acompanhamento de instituições públicas para ações de apoio, fomento, crédito e de fiscalização tributária (DIEESE, 2015, p. 18).

O enfoque da informalidade na Economia Solidária precisa levar em consideração muitos aspectos e não a capacidade do trabalhador de transformar-se em “empresa de si”, conforme o conceito atual de empreendedorismo. No Brasil e principalmente em lugares periféricos, a Economia Solidária é realizada por parcela de trabalhadoras e trabalhadores de setores populares, principalmente mulheres e muitas vezes mães responsáveis pelo sustento das famílias.

Logo, precisamos considerar os aspectos e a complexidade da vinculação e permanência de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as na lógica e campo econômico que se afirmam, a partir de uma identidade que busca se contrapor ao ideário capitalista.

Concordamos com Andrada e Esteves (2017) que devemos compreender a Economia Solidária por um olhar mais atento as histórias de vida daqueles trabalhadores que pertencem a este movimento social. Valendo-nos de suas palavras, tem-se que:

[...] um olhar desatento pode entender a Economia Solidária como um campo de relações de trabalho informais e precários

¹² Segundo documento do DIEESE (2015), o IBGE em 2003, com base nas recomendações da 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho da OIT de 1993, realizou uma pesquisa sobre a Economia Informal Urbana, para investigar as unidades econômicas do setor informal.

em si, quando o que se passa muitas vezes é o contrário: representa buscas por formas organizativas que possibilitem a conquista do direito ao trabalho coletivo digno e regulado (ANDRADA; ESTEVES, 2017, p. 175-176).

2.5 Economia Solidária pelas mãos das mulheres

O que chama a atenção ao se estudar os grupos de economia solidária é a expressiva participação das mulheres. O Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹³, mapeou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil entre os anos de 2009 e 2013. Desses empreendimentos a agricultura familiar corresponde a 53,3% do total de atividades solidárias e o segundo lugar é ocupado por atividades artesanais que correspondem a 17,9% do total de projetos no Brasil. Dentre as atividades artesanais de economia solidária, 78,1% são realizadas por trabalhadoras mulheres.

O relatório (2019) aponta também que na região sudeste as atividades artesanais (32,5%) superam a agricultura familiar (28,3%), entre os Empreendimentos de Economia Solidária, e que aquelas estão presentes em maioria nas áreas urbanas (78,9%) e metropolitanas (38,8%).

Dos Empreendimentos Solidários mapeados pelo Projeto Brasil Local Economia Solidária e Feminista Guayí, no ano de 2012, identificaram que 48% de atividades de artesanato são compostas majoritariamente por mulheres, seguidas de 17% nas atividades de confecção, 13% de alimentação e 22% de outras atividades. Esse levantamento nos aponta para a presença das mulheres em atuações consideradas tipicamente femininas, já realizadas por elas na divisão sexual do trabalho, como extensão dos afazeres domésticos.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017) realizou uma pesquisa qualitativa com mulheres que lideram empreendimentos artesanais urbanos e apresentou dados para além dos estatísticos sobre a vivência, as práticas e o cotidiano dessas mulheres. Foram realizadas oficinas de diagnóstico participativo com trabalhadoras em grupos ou empreendimentos de produção artesanal nas regiões metropolitanas de São

¹³ SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005/2007. Brasília, 2009.

Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, entre o ano de 2016 e 2017. A faixa etária dessas trabalhadoras estava acima de 50 anos de idade.

Nesse estudo, percebeu-se que as mulheres, nas três regiões metropolitanas analisadas, realizam trabalho individual na etapa de produção (compra da matéria-prima e confecção do produto) e coletivo na de comercialização. A etapa de produção é realizada em ambiente doméstico, o que viabiliza o cuidado com a casa, filhos e netos, o que se observa um aumento exaustivo de horas de trabalho; além de que não há separação do local de trabalho com o da residência, o que dificulta o acesso a horas de descanso e lazer.

Apesar de a comercialização acontecer de forma coletiva em feiras e espaços cedidos pelo poder público, a mulher se dedica também a própria venda, muitas utilizam transporte público para deslocar produtos, barracas e cadeiras. No Rio de Janeiro, a violência urbana é um importante marcador no trabalho dessas mulheres com horários estabelecidos de retorno para casa, cancelamento da venda em dias de operação policial na comunidade.

Na pesquisa (DIEESE, 2017) foi revelado que as mulheres encontraram mais oportunidades na atividade artesanal do que quando estavam tentando se alocar no mercado formal de trabalho, no entanto esta remuneração é ainda utilizada como complemento da renda da família e não como fonte principal. Fato este que inviabiliza a profissionalização e a dedicação para ampliação do empreendimento.

A economia solidária para as mulheres, sobretudo para as mais pobres, tem se apresentado, apesar dos entraves encontrados pelas trabalhadoras, como oportunidade para o redesenho de suas vidas, possibilidade de busca de autonomia financeira, reafirmação do seu lugar de mulher no mundo do trabalho e forma de organização coletiva entre outras mulheres no espaço comunitário.

Deste modo, a Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista, na medida em que rompe com a separação entre o espaço público e o privado, propõe a criação de ambientes de reivindicações coletivos na prática da autogestão e desnaturaliza a divisão entre (re)produção, possibilitando dar visibilidade ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres para o cuidado e a propagação da vida.

Para Guerin (2003), o acesso das mulheres a atividades que geram renda não garante a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, para isto é necessário repensar outros obstáculos presentes neste cenário como a feminização da pobreza, a inadequação das instituições e a distribuição desigual das obrigações familiares. Diante desses três obstáculos a Economia Solidária contribui através de seu funcionamento e princípios, já que:

Em primeiro lugar, desempenham um papel de justiça de proximidade, e esse papel é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, criam espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; nesse caso, apresentam-se como formas de acesso à fala em público para pessoas que, em geral, não o têm e, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, podem participar da transformação das instituições, seja da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, contribuem para redefinir a articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, além de participarem da revalorização das práticas de reciprocidade; ora, essa redefinição e essa revalorização devem permitir a luta contra as desigualdades dentro da família, permitindo às mulheres, mas também aos homens, conciliarem melhor a vida familiar e a vida profissional (GUÉRIN, 2003, p. 77).

Concordamos com Nobre (2003), quando afirma sobre a importância de problematizar a presença das mulheres na Economia Solidária, uma vez que esta presença feminina se apresenta a partir da invisibilidade na esfera reprodutiva, sua posição no mercado formal de trabalho, bem como a necessária crítica à economia hegemônica capitalista, que reafirma a divisão social do trabalho.

Na perspectiva da teoria econômica dominante, a economia feminista é nomeada, apresentada e reconhecida recentemente como uma análise econômica a partir de escritos da década de 1990, cujo papel principal é contribuir para o bem-estar de mulheres levando em consideração aspectos e recortes de raça, classe, idade, orientação sexual, dentre outros.

A economia feminista apresenta uma perspectiva diferenciada àquela hegemonicamente determinada. Ela propõe dar ênfase no trabalho não remunerado e invisibilizado que é exercido pelas mulheres nos ambientes domésticos. Desta forma, a economia através das autoras feministas é repensada em seus fundamentos e métodos da ciência econômica dando ênfase a questões importantes para as mulheres como a segregação e

desigualdade ocupacional, as discriminações e preconceitos no ambiente de trabalho e a diferença salarial entre homens e mulheres.

A teoria econômica clássica, lembra-nos Coelho (2009), parte do pressuposto do conceito de família homogênea que é nuclear, heterossexual e ocidental, desconsiderando desta maneira outros arranjos reais de família. Essa prática na economia implica ignorar aspectos complexos diversos que abarca subjetividades múltiplas, mas também diferentes políticas sociais que amparam as famílias como direitos a licenças maternidades e paternidades e equipamentos sociais de educação e cuidado.

A economia feminista leva em consideração as relações de poder e eleva para categoria de análise. O reconhecimento das relações de poder se apresenta na teoria econômica dominante quando denuncia quem controla os recursos econômicos e quem é submetido a eles. As mulheres pobres, por exemplo, dentro desta relação ocupam lugares de opressão em comparação a outros grupos sociais.

Interessa ressaltar sobre a informalidade nos empreendimentos solidários, no que se refere à questão de gênero, uma vez que as pesquisas revelam que os empreendimentos e cooperativas informais são compostos em sua maioria por mulheres. O mapeamento realizado pelo DIEESE (2015) apresenta a informação que as cooperativas organizadas por grupos informais apontam maior proporção de mulheres (63,2%), enquanto a presença de homens em empreendimentos informais é menor (36,8%).

É pertinente, portanto, um parêntese sobre a questão da informalidade na Economia Solidária. Não estamos reduzindo a Economia Solidária ao escopo da informalidade. Por se tratar de um campo complexo, entendemos que um empreendimento ser informal não significa necessariamente ser precário, e sim ter dificuldades de assumir responsabilidades legais diante de órgãos públicos e privados, o que pode afetar seu crescimento e ampliação.

Um aspecto importante a se destacar – diante dos elementos elencados para o debate – é a hipótese de que os empreendimentos solidários, majoritariamente compostos por trabalhadoras mulheres, estão reproduzindo as condições de vivência doméstica, já que muitas delas utilizam os espaços de casa para realizar tais atividades.

O isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19 traz à tona a intensificação da divisão desigual de tarefas domésticas que tende a uma dessexualização. Entretanto, a maioria do trabalho feito em casa ainda fica a cargo das mulheres, mesmo quando elas possuem um segundo emprego, conforme aponta Federici (2019).

O papel de cuidado realizado pelas mulheres também se intensificou durante o isolamento social, na pesquisa realizada pelo Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (2020), os dados apontam que 50% das mulheres passaram a apoiar ou se responsabilizar pelo cuidado de outra pessoa como familiares, amigos e vizinhos, entre as mulheres rurais esse percentual alcançou 62%. No contexto sociocultural, é atribuída à mulher a função de cuidado e de responsabilidade com a família. Este papel foi estabelecido como uma construção social determinada em que tentativas de normatização da atividade feminina eram vinculadas e associadas à vocação natural, maternidade e amor.

O impacto da pandemia da Covid-19, no mundo do trabalho, aponta para o aumento do desemprego global que atinge quase 25 milhões de pessoas, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT defende a adoção de medidas que inclui a ampliação da proteção social dos trabalhadores, apoio à manutenção de empregos e aos benefícios fiscais e financeiros e, além disso, propõe medidas de política fiscal e monetária visando empréstimos e apoio financeiros a setores econômicos. Esta crise no mercado de trabalho atinge milhões de pessoas, contudo revela o aumento da desigualdade e afeta de forma desproporcional certos setores e trabalhadores com empregos menos protegidos.

Em meio a este cenário, testemunhamos uma era em que as transformações do trabalho no Brasil e no mundo são representadas por uma crescente tendência da informalidade e terceirização, contratos temporários e desemprego elevado. A precarização e a flexibilização do trabalho são reflexos impostos pelo capitalismo e pela financeirização da economia nas últimas décadas e que produzem, segundo Antunes (2018), novos “modos de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites”. A descartabilidade da força de trabalho imposta pela lógica financeira atinge homens e principalmente mulheres trabalhadoras.

A atual pandemia está agravando ainda mais o quadro de desemprego e afetando milhões de brasileiros no país. Segundo o Barros (2020), pelo menos três milhões de pessoas ficaram sem trabalho devido à pandemia, a taxa de desocupação alcançou 13,7% em julho atingindo mais de 12 milhões de pessoas. Diante deste cenário, os movimentos sociais de trabalhadores que postulam novos modos de produzir, comercializar e obter crédito, orientados pelos princípios da economia solidária, podem ser uma resposta a tal contexto na medida em que possibilitam o enfrentamento do desemprego por meio da geração de trabalho e de renda e do desenvolvimento local.

Dentre os principais meios de comercialização da Economia Solidária está a realização de circuitos de feiras, que têm o intuito de divulgar produtos e serviços, promover a aproximação dos consumidores e dos produtores, possibilitar a articulação de redes e trabalhadores, estabelecer espaços de formação e disseminação da lógica solidária na economia. Os circuitos de feiras de produtores da agricultura familiar na pandemia, em muitos estados, foram reformulados e readaptados, visando medidas de proteção e cuidado na prevenção do vírus e utilizando a tecnologia de aplicativos de entrega dos seus produtos.

Compreender economia popular solidária exige o entendimento de outra lógica de economia, que se difere da de mercado com a proposta norteadora de radicalizar a democracia econômica, privilegiando novas práticas. Como vimos o modo de produção capitalista produz desigualdades numa sociedade dividida entre classes, não obstante essa desigualdade é também atravessada por mais duas dimensões: gênero e raça. Essas três estruturas determinam de forma interseccional a organização social, econômica e política da sociedade baseada em estruturas de dominação, exploração e discriminação.

CAPÍTULO 3 – CONHECENDO AS MULHERES DO SALGUEIRO

Eu sou pobre, pobre, pobre de
 Marré de sí
 Eu sou Mc Claudinho, sou
 Buchecha estou aqui
 Olé, olá
 Salgueiro vem com pira e a força
 Vai chegar iê
 Eu quero ver, abalar, sacudir a
 Massa
 Arrepiar
 Agitar o mundo, Vamos navegar
 O Salgueiro força e pira, ninguém
 Pode parar

(Rap do Salgueiro – Mc Claudinho e Buchecha, 1996)

O intuito deste capítulo é apresentar a pesquisa e suas reflexões. Assim dado, apóia-se na intenção de compreender melhor as formas associativas e solidárias de produzir, a fim de gerar renda sob o olhar (e vozes) das mulheres, no Empreendimento Econômico Solidário *Mulheres do Salgueiro*. Importa também evidenciar as histórias de vida dessas mulheres e, em certo sentido, reunir memórias individuais entendidas como fenômeno coletivo e social construído a partir das transformações e mudanças que permeiam a vida (POLLAK, 1992).

Neste capítulo analisaremos gentilmente as entrevistas realizadas pelas mulheres que atuam no EES, no qual se busca inserir as vozes daquelas que fazem, no dia a dia, a perspectiva de trabalho a partir da lógica e prática econômica solidária. A história dessas mulheres foi mediada por entrevista com objetivos de “construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações” (LIMA, 2006, p. 27).

Estas entrevistas estão organizadas da seguinte maneira: i) identificação, participação e atividade no EES; ii) aspectos voltados ao trabalho produtivo e reprodutivo; iii) autonomia financeira; e iv) participação social e comunitária. Além do material das entrevistas, traremos informativos do diário de campo da pesquisa. Como supracitado, os nomes foram protegidos e utilizados pseudônimos de pedras preciosas, como alternativa à preservação das entrevistadas.

3.1 Território Salgueiro e suas particularidades

Esta pesquisa leva em seu título o nome de um bairro do município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. *Mulheres do Salgueiro* é um empreendimento solidário, mas é também o retrato da vivência da população que ali reside. Compreender o processo no qual as *Mulheres do Salgueiro*, enquanto projeto e empreendimento solidário, é inclusive ao mesmo tempo conceber a presença destes corpos femininos neste território.

O bairro Salgueiro em São Gonçalo tem particularidades que não são a centralidade do objeto dessa pesquisa, contudo significa ao mesmo tempo a expressão do lugar no qual as mulheres estão e são representadas. Elas são “mulheres do Salgueiro”, sendo assim precisamos também nos aproximar e conhecer um pouco do território no qual elas atuam e vivem.

Relatar, mesmo que de maneira breve, a história de São Gonçalo nessa pesquisa, nos situa num lugar de reconhecimento, já que este é o município que a pesquisadora vive desde que nasceu. São Gonçalo é chamado de cidade-dormitório, é retratada como lugar perigoso, é uma grande metrópole com poucos avanços de desenvolvimento urbano, mas sua história é pouco conhecida.

O município foi fundado em 6 de abril de 1579 e era habitado por índios tamoios e foi colonizado por Gonçalo Gonçalves. Grandes fazendas de engenho de açúcar e aguardente localizavam-se na região no século XVIII, bem como lavouras de mandioca, feijão, milho e arroz. Em 1890 o distrito de São Gonçalo se desmembra de Niterói e se emancipa no dia 22 de setembro. Após dois anos, por decreto estadual, o município de São Gonçalo volta a pertencer a Niterói pelo período breve de sete meses. Somente em 1929 a Lei nº 2.335, de 27 de dezembro, concede a categoria de cidade a todos as sedes do município. Em 1943, por meio de divisão territorial do estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo perde o distrito de Itaipu para o município de Niterói¹⁴.

Até meados do século XX, São Gonçalo foi considerado “Manchester Fluminense” ou “Manchester brasileira”. Esta alcunha referenciada a cidade Britânica foi devido ao processo de industrialização que o município atravessou

¹⁴ São Gonçalo (RJ). Prefeitura. 2021. Disponível em: <http://www.saogoncalo.rj.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2021.

nos anos de 1950 a 1960. Historicamente, após a crise de 1929, São Gonçalo por meio de benefícios fiscais, desapropriação de terrenos, isenções de impostos estaduais recebeu importantes empresas de diversos ramos (Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas e Companhia Nacional de Cimentos Portland e Eletroquímica Fluminense), o que possibilitou ao município ampliar sua estrutura industrial e também fatores geográficos, tais como a proximidade com a Baía de Guanabara e disponibilidade de mão de obra (De Araujo; De Melo, 2014; Silva, 2013).

Na compreensão do declínio industrial que São Gonçalo sofreu estão alguns fatores e variáveis que De Araujo e De Melo (2014) apontam para a ação do Estado brasileiro, que no contexto da promoção da industrialização privilegiou outros municípios no planejamento de desenvolvimento industrial. Outro fator apontado pelos autores se refere a não instituição de uma elite industrial fortalecida em São Gonçalo, já que a sede de todas as empresas instaladas no município estava no antigo estado da Guanabara.

Consoante De Araujo e De Melo (2014), com a construção da Ponte Rio-Niterói (Presidente Costa e Silva), em 23 de agosto de 1968, que liga os municípios de Niterói a capital do estado, e a rodovia BR101 – ligando Niterói a Manilha-Itaboraí – na década de 1970 e 1980, possibilitou, ao invés do retorno ou expansão do setor industrial em São Gonçalo, o crescimento populacional desordenado. O número de favelas às margens da rodovia cresceu exponencialmente, o que além de outras questões trouxe impacto ambiental na cidade devido a grandes áreas de manguezais na região.

Do ponto de vista demográfico e estatístico, São Gonçalo está localizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e possui segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), população estimada de 1.098.357 em 2021. A taxa de ocupação do município em 2019 era de 11.1%, e o salário médio mensal é de 2,0 salários mínimos.

Dando um salto histórico sobre o desenvolvimento social e econômico da cidade, os anos 2000 foram cenários de grandes transformações e impactos no município. Com a ampliação da indústria petrolífera e naval, São Gonçalo passou a figurar como possibilidade de desenvolvimento econômico com o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). O Complexo

está situado na cidade de Itaboraí e parte de São Gonçalo, no bairro Guaxindiba.

Devido a esses importantes avanços de desenvolvimento urbano, a cidade recebeu investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal. O bairro Salgueiro foi um dos beneficiados pelos investimentos. O PAC fez parte da contrapartida da Petrobrás e de outras empresas no consórcio estabelecido para a construção do Comperj e teria como principal objetivo minimizar os impactos socioambientais e aumento populacional da região.

O Programa, através do projeto de saneamento e urbanização nos bairros Fazenda dos Mineiros e Salgueiro, investiu entre os anos de 2007 e 2010 R\$32.507.060,46¹⁵. O PAC representou para aquela comunidade, segundo Silva (2013), desconfiança por parte dos moradores que precisaram de mediação entre o poder público e a população do local. Essa desconfiança legítima da população foi sendo reduzida a medida que o PAC Social avançou em suas ações. Este através de agentes comunitários e assistentes sociais promovia cursos de qualificação, capacitação e reaproveitamento de materiais recicláveis, além da própria aproximação do Programa com a comunidade.

Esse período da presença do PAC na região nos traz importantes elementos para compreensão da realidade local. O receio por parte dos moradores, segundo Silva (2013), corroborou com a constatação após a conclusão do Programa com obras inacabadas, aumento do conflito entre agentes de segurança e tráfico na localidade, além da falta de retorno do trabalho das ações pactuadas pelo PAC Social.

3.2 Afinal, o que é o Salgueiro?

Através do levantamento bibliográfico encontramos importantes pesquisas sobre o território do Salgueiro e o município de São Gonçalo. Foram pesquisas de mestrado e doutorado voltados à complexidade do território que apresentam elementos que destacam as vivenciais dos seus moradores na região conhecida por Complexo do Salgueiro. Apresentaremos nesta seção, as

¹⁵ Ministério do Planejamento. Brasília. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/obra/22745>. Acesso em: 23 set. 2021.

divisões das microáreas do Complexo do Salgueiro e suas relações e contradições.

A região mais central é *Itaúna* (também conhecida como Rodo de Itaúna), onde se encontra a área dos comércios, igrejas, drogarias e o Destacamento de Polícia Ostensiva – DPO. A região é a mais movimentada, com acesso a transportes coletivos rodoviários e alternativos (vans) com ligações para Niterói e Rio de Janeiro.

O *Conjunto da Marinha e das Palmeiras* foi construído pelo estado do Rio de Janeiro para moradias de policiais militares e servidores da Marinha, todavia não foram utilizadas por eles e logo após sua construção foram ocupadas pela população geral. Esta região é vista como a área mais perigosa do Complexo.

A *Fazenda dos Mineiros* é uma região do Complexo do Salgueiro que fica próximo ao antigo Lixão de Itaoca. *Itaoca* é um bairro de São Gonçalo e é considerado parte do Complexo do Salgueiro. É uma ilha e foi tombada devida a sua importância cultural para a cidade pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC¹⁶). Na Praia da Caieira em Itaoca há transporte de passageiros para Ilha de Paquetá, poucos gonçalenses têm acesso ou conhecem desta via para a Ilha.

O Lixão de Itaoca, um local de despejo irregular, foi desativado oficialmente em 2012 e foi retratado pelo documentário “Boca de Lixo” (1993), do cineasta e documentarista Eduardo Coutinho. O documentário conta histórias e o cotidiano das pessoas que trabalhavam no aterro clandestino da região. O filme de Coutinho representou uma denúncia, ainda na década de 1990, da forma e condições desumanas de acesso à sobrevivência das pessoas que viviam na região.

O Complexo do Salgueiro abarca diversos bairros e regiões com características geográficas de difícil acesso devido à presença de mangues, ruas de chão e pontos de completo alagamento em dias de chuva. Essas

¹⁶ INEPAC. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-goncalo-ilha-de-itaoca/>. Acesso em: 23 set. 2021.

regiões são dominadas pela mesma facção criminosa (Comando Vermelho) há vários anos e em constante disputa entre suas lideranças¹⁷.

No dia 11 de novembro de 2017, oito pessoas foram mortas e três ficaram feridas por operadores de segurança pública no Complexo do Salgueiro, o que ficou conhecida como a chacina do Salgueiro. A operação foi em conjunto com a Polícia Civil e o Exército brasileiro, que atuava sob um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), cujos objetivos da operação não foram esclarecidos. Quatro dias antes da chacina, o Complexo do Salgueiro recebeu uma megaoperação que contou na ocasião com 3.500 militares, inclusive com cerco marítimo. Oito suspeitos foram presos e nenhuma arma apreendida¹⁸.

A chacina do Salgueiro foi questionada como uma violação brasileira ao direito internacional devido a Lei 13.491/17, sancionada pelo então presidente Michel Temer, que ampliou a competência da Justiça Militar. Defensores Públicos do estado do Rio de Janeiro, conjuntamente com o Movimento Negro Unificado do Brasil, CRIOLO e Instituto de Estudos da Religião (ISER), apresentaram, à época, uma denúncia contra o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹⁹.

A conclusão da investigação da chacina, em 2019, na qual, como supracitado, 8 pessoas morreram com 35 tiros de fuzil, foi que ninguém atirou. Dois inquéritos foram abertos para a investigação e ambos foram arquivados, o Ministério Público estadual concluiu, neste mesmo ano, que nem policiais civis nem traficantes haviam atirado. O MP Militar (MPM) também arquivou o caso, sob o argumento de que militares também não puxaram o gatilho²⁰.

Em maio de 2020, durante uma operação conjunta da polícia federal e civil no Complexo do Salgueiro, ocasionou a morte a tiros de um jovem de 14

¹⁷ Plantão Enfoco. O racha do tráfico e a disputa entre Rabicó e Faustão no Salgueiro. Disponível em: <https://plantaoenfoco.com.br/policia/o-racha-do-traffic-e-a-disputa-entre-rabico-e-faustao-no-salgueiro/> Acesso em: 28 agos. de 2021.

¹⁸ Martin, M. El País. 2017. O caso dos sete mortos que ninguém matou. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/14/politica/1510686437_487995.html Acesso em: 28 agos. de 2021.

¹⁹ DEL RIO, Andres. *O que resta da democracia: Ampliação da justiça militar e a impunidade*. Le Monde Diplomatique2. 2018. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-que-resta-da-democracia-ampliacao-da-justica-militar-e-a-impunidade-no-brasil-2/> Acesso em: 23 set. 2021.

²⁰ Jornal Extra. Investigação é arquivada, e oito mortes em operação no Salgueiro não têm explicação. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/investigacao-arquivada-oito-mortes-em-operacao-no-salgueiro-nao-tem-explicacao-23599691.html>. Acesso em: 3 set. de 2021.

anos dentro da sua própria casa em Itaoca. Segundo a família do jovem e testemunhas, os policiais entraram na residência atirando²¹, João Pedro Mattos Pinto foi atingido por fuzil na barriga e levado pelos próprios policiais de helicóptero para o Heliponto da Lagoa-RJ (que havia equipe de socorristas) e após constarem a morte, o corpo retornou para o Instituto Médico-Legal (IML) de Tribobó, em São Gonçalo. Todo esse trajeto durou 17 horas, no entanto sem conhecimento da família, que fez buscas em hospitais e IML da cidade durante toda noite na intenção de encontrar o jovem.

A referida operação policial teve como objetivo a busca e apreensão do traficante conhecido como Faustão, que é um dos chefes do Complexo do Salgueiro, porém ele não foi encontrado e ninguém foi preso na operação. Três agentes policiais foram indiciados pelo assassinato de João Pedro, no entanto estes policiais civis continuam nas suas funções na Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) e em outras operações policiais²². O relatório final da investigação apontou que “tudo pode não ter passado de uma ilusão de ótica”²³.

O Complexo do Salgueiro em São Gonçalo é território de conflitos constantes, assim como em diversas favelas do estado do Rio de Janeiro. São territórios marcados e cravados de violências e desigualdades sociais. A violência policial é preocupante para toda a população brasileira, para o Estado, para pesquisadores e defensores de Direitos Humanos, no entanto a violência policial é real e diária para quem vive na favela. Não se sabe se chegarão vivos ou mortos em casa, ou se estão seguros em suas próprias residências.

²¹ Jornal O Globo. O que se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro, RJ. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em: 28 agos. de 2021.

²² Soares, R. Jornal O Globo. Caso João Pedro delegado indica três policiais civis por homicídio culposo. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caso-joao-pedro-delegado-indicia-tres-policiais-civis-por-homicidio-culposo-25053286>. Acesso em: 28 agos. de 2021.

²³ Soares, Rafael. Jornal O Globo. Caso João Pedro delegado indica três policiais civis por homicídio culposo. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/caso-joao-pedro-delegado-indicia-tres-policiais-civis-por-homicidio-culposo-25053286>. Acesso em: 28 agos. de 2021.

No ano de 2020, o Brasil teve o maior número de pessoas mortas pela polícia segundo 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública²⁴, publicado em julho de 2021. Foram durante o ano de 2020, 6.416 mortos pelas polícias Cíveis e Militares, por agentes de folga ou em serviço. O perfil das vítimas dessas mortes revela a desigualdade racial e sua vinculação à letalidade policial, 78% são negros²⁵. O Anuário também aponta que a segurança pública é um campo que necessita de intervenção e atuação social e Estatal para corrigir as desigualdades raciais no Brasil. A segurança pública é um campo de batalha, um jogo que todos perdem. Perde a polícia, perde a população e perdemos assim a cidadania.

Este cenário é o reflexo da sociedade brasileira, na qual se banaliza o assassinato, num país que não tem pena de morte. Lugar no qual se nega o racismo, num dos últimos países a acabar com a escravidão. Nação na qual se naturaliza a corrupção e a impunidade, num país usurpado de sua identidade e sua história pelos colonizadores.

Não é possível se aproximar destas questões de violência policial sem citar os estudos de Vera Malaguti Batista (2009). A autora aprofunda o campo da política criminal que abarca diversos dispositivos da política de segurança pública, judiciária e penitenciária e vincula suas raízes a questões de lutas de classes e capitalismo. Batista (2009) revela os laços intrínsecos da política criminal com o capitalismo de barbárie, cujos conflitos do processo de acumulação de capital se apresentam como a vivência de “garotos morrendo ou matando por um boné de marca”.

A questão criminal se relaciona então com a posição de poder e as necessidades de ordem de uma determinada classe social. Assim, a criminologia e a política criminal surgem como um eixo específico de racionalização, um saber/poder a serviço da acumulação de capital. A história da criminologia está, assim, intimamente ligada à história do desenvolvimento do capitalismo (BATISTA, 2009, p. 23-24).

²⁴Acayaba, C.; Reis, T. Jornal O Globo. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/no-de-mortos-pela-policia-em-2020-no-brasil-bate-recorde-50-cidades-concentram-mais-da-metade-dos-obitos-revela-anuario.ghtml>. Acesso em: 4 de set. 2021.

²⁵Acayaba, C.; Reis, T. Jornal O Globo. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/15/no-de-mortos-pela-policia-em-2020-no-brasil-bate-recorde-50-cidades-concentram-mais-da-metade-dos-obitos-revela-anuario.ghtml>. Acesso em: 4 set. de 2021.

A tentativa de compreensão da dita “guerra às drogas” se esbarra com sentimento de medo, indignação, impotência – descrito por Soares (2015) – por parte das famílias e mães de jovens negros, pobres de periferia brasileira.

Sem consolo, as famílias fazem o luto ou desabam na melancolia. O real indizível, contudo não cede, insiste, perturba, subverte, atua: inscreve o mal-estar na superfície dos dias das classes populares, sob a forma noturna do trauma. A alquimia anímica transforma esse coquetel venoso de emoções e percepções em ressentimento, o qual, projetado sobre o mundo público, arruína qualquer expectativa de legitimidade política (SOARES, 2015, p. 28).

Considerar os aspectos do sofrimento causado pela insegurança pública é também, ao mesmo tempo, considerar os impactos negativos de uma sociedade cuja herança ditatorial, seus crimes e barbáries não foram assimilados, repudiados e negados em seu âmago. Assim, desta maneira, as famílias e principalmente as mães de jovens necessitam elaborar seu luto a partir da luta individual e coletiva, assim como a mãe do João Pedro revela:

Tem sido bem difícil. À medida que o tempo vai passando, a gente acha que vai ter um alívio, mas a dor só aumenta e a angústia aumenta cada vez mais nessa busca por justiça, essa falta de resposta do Estado, diante desse crime brutal. É angustiante porque, às vezes, você quer ficar quietinha no seu canto, quer viver o momento, mas tem que estar nessa luta por justiça. Você acaba tendo que transformar o seu luto em luta.²⁶

3.2.1 Primeiros encontros e interação com as *Mulheres do Salgueiro*

O primeiro contato com o ESS, como pesquisadora, foi em outubro de 2020. No dia 1/10/2020 fomos visitar o espaço e conhecer as mulheres que lá trabalham. Rumo à direção do bairro Salgueiro, nós percebemos como a violência e o avanço do tráfico de drogas no local alterou o caminho e as ruas do bairro.

²⁶ Você acaba tendo que transformar seu luto em luta diz mãe de João Pedro um ano após a morte do menino. **Jornal Extra**. Rio de Janeiro. 18 de mai 21. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policial/voce-acaba-tendo-que-transformar-seu-luto-em-luta-diz-mae-de-joao-pedro-um-ano-apos-morte-do-menino-25023327.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

No caminho observei que na rua principal até o local há muitas barricadas, pontos de venda de drogas (em formato de barracas, tal como barracas de doces) e ao mesmo tempo essa rua principal estava muito movimentada. Muito diferente de outras visitas que realizei neste bairro nos anos de 2017 e 2018 (AMARAL, 2021, p.02 Diário de Campo).

Sobre o primeiro contato com o grupo de mulheres do EES para apresentar a proposta da pesquisa e dialogar sobre o trabalho, tem-se que:

Percebi por eu me apresentar como psicóloga, elas marcavam isto como uma questão. De que teriam a oportunidade de poder falar sobre seus problemas. E realmente foi isso que aconteceu com algumas mulheres. Duas histórias marcadas pela violência física, psicológica em seus relacionamentos foram verbalizadas e apresentadas nesta conversa inicial (AMARAL, 2021, p.02 Diário de Campo).

O EES *Mulheres do Salgueiro* participou do edital da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020), organizado pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, do Rio de Janeiro, através do programa *Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária*. Por esta iniciativa foi possível realizar palestras e *lives* de formação para trabalhadores e trabalhadoras de atividades solidárias e também da cultura na região metropolitana III, do estado do Rio de Janeiro, de forma on-line nas redes sociais do EES *Mulheres do Salgueiro*, sobre temas ligados aos conceitos de economia solidária, inovação em negócios, empreendedorismo, entre outros²⁷.

Além da participação do *Mulheres do Salgueiro* no *Circuito Fluminense*, estão em processo (durante o ano de 2021) alguns eventos como exposição e comercialização de produtos (artesanato e agricultura familiar) de trabalhadores e trabalhadoras de São Gonçalo e cidades vizinhas e a criação de documentário a respeito das atividades de Economia Solidária na região.

Para além das entrevistas, a pesquisadora colaborou com algumas atividades durante a pandemia, através da oportunidade de participação do ESS no edital da Lei Aldir Blanc. A primeira participação aconteceu na *live* para o *Circuito Fluminense de Cultura Popular e Economia Solidária*, com o objetivo de debater o tema: *Saúde Mental, Trabalho e Pandemia*, ocorrida em 30 de

²⁷Jornal Fluminense. São Gonçalo. 31 março de 2021. Cidades. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/cidades/2021/03/1179709-boas-dicas-sobre-economia-solidaria.html>. Acesso em: 23 set. 2021.

março de 2021. A segunda atividade foi o debate a respeito do tema *Economia Solidária, Trabalho e Desigualdade Social*, que ocorreu no dia 13 de abril de 2021 pelas redes sociais do *Mulheres do Salgueiro*. Outra participação da pesquisadora foi no documentário (que está em processo de realização) sobre o Circuito Fluminense da Lei Aldir Blanc e que tem como objetivo registrar o trabalho desenvolvido pelo EES e apresentar outras atividades solidárias da região.

3.3 Identificação

As entrevistas foram feitas de forma individual e presencial no próprio local do EES. As entrevistadas criaram muitas expectativas e ansiedade em relação à entrevista, muitas demonstraram isso quando disseram que estavam nervosas com as perguntas. Como foi fornecido anteriormente o roteiro das perguntas, algumas preferiram registrar por escrito algumas respostas como datas, nomes, etc. Foi necessário tranquilizá-las a respeito desse momento e seus objetivos.

É necessário reconhecer este processo de contar sobre a própria vida como algo que não é natural. Deve ser esperado o estranhamento sobre uma pessoa que deseja através de uma pesquisa, conhecer a sua história de vida; conforme nos lembra Pollack (1992):

O primeiro critério, ao meu ver, é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista ou de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si (POLLACK, 1992, p. 13).

3.3.1 As entrevistadas

Jade tem 50 anos de idade, superior completo em pedagogia pela Universidade Federal Fluminense, raça/etnia negra, seu estado civil é solteiro, mas reside com um companheiro, tem 2 filhas, mora no Salgueiro e sua religião

é segundo ela “o mundo”. Exerce atividade de coordenação no EES *Mulheres do Salgueiro*.

Ágatha tem 37 anos de idade, ensino fundamental incompleto, raça/etnia negra, solteira, possui 4 filhos, reside no Salgueiro e sua religião é evangélica. Exerce atividade de costureira e outras atividades como pagar contas bancárias e limpeza do espaço.

Ametista tem 47 anos de idade, ensino médio completo com técnico em contabilidade, raça/etnia negra, é casada, possui um casal de filhos, reside no Luiz Caçador (bairro pertencente ao Complexo do Salgueiro), sua religião é evangélica. A atividade principal que exerce no ESS é função administrativa (prestação de contas) e também atividade na produção, quando necessário. É professora de artesanato e costura e outras tarefas de atividades teóricas, na ocasião em que é realizado projetos, oficinas e aulas no espaço. “*A gente faz de tudo um pouco. A gente chega aqui e sabe que vai chegar, mas o que vai fazer no dia não*” (informação verbal).

Larimar tem 47 anos, ensino médio completo, sua cor é parda, é casada, possui um casal de filhos, reside no Salgueiro e sua religião é evangélica. Sua função é auxiliar nas atividades de secretaria e no setor administrativo; atua também na limpeza e na organização do espaço, além de participar das produções de costuras. “*Aqui eu sou mil utilidades. Faço um pouquinho de tudo*” (informação verbal).

Esmeralda tem 32 anos de idade, superior completo em pedagogia, raça/etnia branca, casada e possui 1 filho, reside no bairro de Santa Izabel/SG (bairro com distância de 14 km do Salgueiro), sua religião é católica. Sua função atual no EES é a execução da parte pedagógica dos editais, projetos e cronogramas. “*A gente aqui é multifacetada. Eu sou pedagoga de formação, mas nunca trabalhei em escola. Eu atuo dentro de espaços de educação popular. Eu conheço e atuo nos espaços de educação popular*” (informação verbal).

3.4 Início do trabalho no EES *Mulheres do Salgueiro*

As mulheres entrevistadas tiveram motivações diferentes para iniciar o trabalho no EES. Duas delas iniciaram sua trajetória desde antes de

estabelecerem o empreendimento, quando começaram a pensar o formato através de reuniões entre mulheres do território. O objetivo inicial destas reuniões e encontros era para pensar e propor ações de transformação local realizados pelas próprias mulheres da comunidade. Diversas delas trabalhavam no lixão de Itaoca e não tinham onde deixar seus filhos. A bandeira inicial de mobilização destas mulheres era em prol de atividade de trabalho, renda e acesso à creche.

A intenção delas era transformar a realidade. O entendimento e compreensão do trabalho, através da Economia Solidária, chegaram depois.

“Quando começamos, não tínhamos noção do que era economia solidária. O que motivou lá trás, foi de fato a partir do nosso esforço enquanto moradora do território, de transformar o território de forma positiva e impactar de as pessoas, fazendo que as pessoas refletissem nos seus papéis. Só fomos conhecer o conceito de economia solidária depois que a história já estava acontecendo. Depois percebendo que já estávamos fazendo economia solidária. Por isso que gosto de falar que economia solidária não é feira de artesanato. Não é somente comercialização de produto. É algo maior que isso” (JADE, informação verbal).

“Inicialmente eu comecei antes dos 15 anos. Eu fazia parte do projeto SOS periferia e eu participava do teatro. Eram 5 jovens de 5 comunidade que participavam do grupo de teatro e o movimento de empreendimento também estava começando com o meu grupo de teatro. Vamos dizer que eu também sou cofundadora também. Diferente da Jade que começou e que nunca saiu eu já sai, fui para o trabalho formal, trabalhei em loja e voltei em 2014 e não saí mais. Peguei o início enquanto um núcleo que pensava no que poderíamos fazer para mudar a nossa realidade enquanto comunidade. Tinha um grupo muito forte de mulheres aqui que costuravam. E começou, mas também não queríamos costurar qualquer coisa. Foi aí que começamos a trabalhar com o couro de tilápia com material de reaproveitamento. Não queríamos fazer mais do mesmo. Antes de existir o conceito que hoje está tão em alta que é o conceito de sustentabilidade e economia solidária, a gente já fazia isso. A gente praticava e depois entendemos a teoria. Um dos espetáculos que fizemos no teatro [pelo projeto SOS Periferia] em 2005 foi sobre o Lixão, chamava: ‘Lixúria, o 8º Pecado Capital’, já estávamos falando em lixo naquela época” (ESMERALDA, informação verbal).

As outras mulheres passaram a integrar o grupo por convite ou por terem sido alunas dos diversos cursos ofertados pelo Empreendimento Econômico Solidário.

“Eu não entrei no projeto como aluna, porque normalmente quem entra é porque passou pelos cursos de costura. Só depois que entrei que fiz um curso. Eu fui convidada a participar de uma reunião e era na verdade uma capacitação de equipe e a partir dali estou até hoje, foi em fevereiro de 2011. Fui me motivando a continuar pelo projeto de forma natural. Eu fiz o técnico em contabilidade depois que entrei no projeto em 2011 e ajudou no projeto de forma natural. Numa das formações de equipe que tivemos aqui, a palestrante identificou em mim aspectos de logística e administração. Eu já comecei a pesquisar administração. Fiz alguns cursos de agente financeiro na FAETEC. E fico sempre nessas áreas” (AMETISTA, informação verbal).

“Eu vim fazer o curso de costura. Eu escutei que ia ter o curso na rádio *Palmeira*. E a menina que trabalha aqui que é da mesma congregação que eu, me convidou também, já que eu gostava de costurar. Isso foi no ano de 2013, eu acho que comecei o curso da EcoModa” (ÁGATHA, informação verbal).

“Fiz um curso de auxiliar administrativo aqui em 2009, provavelmente. Depois eu trabalhei pelo PAC Social e que funcionava aqui. A prefeitura alugou uma sala e eu trabalhava pelo PAC, mas aqui no espaço. No PAC a gente ia às ruas, fazia cadastro das pessoas, via se a rua precisava de melhorias. E comecei a trabalhar aqui no projeto mesmo desde 2013 (LARIMAR, informação verbal).

3.5 Envolvimento e participação

Cada mulher entrevistada relatou motivos diferentes de participação no ESS e sua motivação para se associar. Nesta perspectiva a história oral revela caminhos e direções que outros métodos não permitem. Segundo Salvatici (2005), o objetivo político do uso de fontes orais é introduzir “novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas, e a esfera privada de mulheres comuns” (p. 31). A validação das experiências das mulheres e a captação dessas vozes permitem evidenciar narrativas que a história da Economia Solidária pouco revela.

Sobre a experiência de trabalhar num coletivo formado somente por mulheres, as entrevistadas desvelam realidades múltiplas com atravessamentos pessoais e até religiosos, contudo o fio condutor das falas esbarra sempre no laço existente entre as mulheres.

“Tem um sentimento que a mulher vai olhar para gente e vai pensar: ‘eu não estou sozinha!’. Elas estão comigo ou em algum momento elas podem estar comigo. Ser essa referência

nesse sentido. Temos uma equipe que entende isso, que precisamos apoiar outras mulheres” (JADE, informação verbal).

“Quando eu decidi voltar a trabalhar aqui depois da licença, a relação foi tão humana. Tão diferente. A gente tem as nossas dificuldades pessoais, às vezes uma está precisando de mais atenção e a gente se mobiliza. É todas por uma e uma por todas. Já que virou mãe, vamos mobilizar para ela ficar bem. E é tudo muito natural. É uma outra relação de trabalho. Já trabalhei em ONG e não era assim. A gente já não ganha bem, se a gente não se ajudar para fazer as coisas, não vai valer a pena. Agora essa palavra sororidade está na moda, mas a gente já praticava. Porque sozinha a gente não vai conseguir” (ESMERALDA, informação verbal).

Tem um sentimento que a mulher vai olhar para gente e vai pensar: “eu não estou sozinha!” Elas estão comigo ou em algum momento elas podem estar comigo. Ser essa referência nesse sentido. Temos uma equipe que entende isso, que precisamos apoiar outras mulheres. (Jade)

“Eu adoro. É a melhor coisa que Deus colocou na minha vida. Eu já passei por alguns problemas de depressão que estou tratando e outras coisas. Se fosse em outro serviço eu não ia ficar, porque lá fora as pessoas visam o que você pode fazer, aqui se visa o ajudar umas as outras. Aqui somos uma equipe uma ajudando a outra. Se fosse em outro lugar eu já ia ter sido mandada embora. Sabe quando Deus coloca alguma coisa na sua vida para te tirar do fundo do poço? Foi o projeto para a minha vida. Depois que comecei a trabalhar aqui tive autonomia, porque tive uma renda” (ÁGATHA, informação verbal)

A Ágatha é atravessada pela sua religião. Participa ativamente do grupo/igreja que ela denomina de “congregação”. Nessa igreja além de participar dos cultos, auxilia na limpeza do espaço. Ela se reafirma enquanto uma mulher que professa com orgulho sua fé, mas também aponta para as contradições e incoerências dentro do seu templo religioso, principalmente em comparação às relações estabelecidas no coletivo de mulheres que atua:

“Tive que sair de casa porque meu ex-marido me colocou para fora de casa e foram elas que me apoiaram. Quando tive problemas com meus filhos foram elas que me apoiaram e continuam me apoiando. Se eu precisar ligar para elas eu tenho socorro na hora, coisa que eu não tenho na minha congregação. Já precisei ligar para meu pastor para me dar apoio numa situação, mas que disse que não pôde ajudar. Elas me ajudam em tudo.

Eu era nova convertida, então achei que era isso. Que o que está escrito na Bíblia era que a igreja tinha que apoiar os

idosos, as viúvas, as solteiras. Eu acho que eles tinham que me apoiar. Eu não guardo rancor deles, eu entendo mais o que é Deus hoje. Deus não está só dentro da Igreja. Hoje meu pastor diz que eu não sou mais membro da igreja, que sou só visitante porque às vezes não consigo ir ao culto, porque minha depressão me impede de segurar um balde às vezes. Mas hoje sei que Deus está na minha casa. Sou evangélica sim!” (ÁGATHA, informação verbal).

Esses laços existentes entre as mulheres são estudados e possui diversas denominações, tais como solidariedade feminina, sororidade, Nós por Nós, dororidade (GARCIA *et al.*, 2015; COSTA *et al.*, 2021). O termo mais difundido que observamos nas redes sociais para traduzir esses laços femininos ou vinculações entre mulheres é a palavra *sororidade*.

Suely Gomes Costa dedicou um artigo (2009) para compreender as metáforas de representações sobre mulheres e seus movimentos, problematizando a “sororidade”. Costa (2009) explica que o termo “sororidade” não é vocabulário da língua portuguesa, mas foi absorvido no país “na segunda onda²⁸ brasileira - expondo uma [à] periodização de movimentos feministas diferente do caso francês” (p. 13).

Para a autora (2009) a noção de “sororidade”:

[...] codifica, simbolicamente, discursos e práticas, e expressa um “natural” sentimento de solidariedade entre mulheres. Eu a traduziria, mesmo, como uma “ideia - força”, no sentido gramsciano, associando e mobilizando mulheres muito diferentes entre si em lutas por direitos reprodutivos e por defesa de mulheres contra a violência doméstica. Essa ideia, de fato, toca fundo as sensibilidades das mulheres e tem um caráter inaugural e propulsor de agitação e de movimento intensos, de um ímpeto, de uma torrente, de um tumulto, seguido, depois, de uma “sensação que, após atingir um ponto alto” – como uma onda engrossada por motivações políticas no sentido de conquistar direitos reprodutivos, de denunciar a violência doméstica e de fixar reivindicações de proteção social para mulheres – “se dissipa”. Essa matéria invisível, além de associar mulheres muito diferentes entre si, define pertencas em torno de “causas” comuns e algumas menos comuns, como a da descriminalização do aborto (COSTA, 2009, p.13).

²⁸ A metáfora “onda” também é analisada e problematizada por Costa (2009) que aponta para o fato que esta noção propõe uma ideia, eventos e recortes no tempo o que possibilita sugestão de “intervalo de “dissipação” (p.3).

Para a autora, no Brasil a metáfora de “sororidade” não passou pelo crivo de nenhuma crítica, pelo contrário, foi alimentada por grupos de mulheres (algumas recém-chegadas do exílio) para pautar organizações políticas à época.

No EES *Mulheres do Salgueiro* essa forma de vinculação, as trocas existentes, os laços femininos, de uma forma ou de outra, estão presentes no dia a dia do trabalho entre elas.

“É a gente pensar que a mulher tem toda uma força, uma potência interna de energia e que é historicamente silenciada na nossa sociedade e a gente enquanto coletivo quer despertar tudo isso nas mulheres. Despertar um nas outras. Refletir quem somos nós nessa história. Seja da mulher dona de casa, seja da mulher que além da casa e dos filhos tem que ir para rua trabalhar. Para mim, trabalhar num coletivo formado somente por mulheres e gerido por mulheres é se reconhecer e potencializar as energias de forças das mulheres, que nossas ancestrais já tinham. Para que isso seja um despertar nas nossas vidas” (JADE, informação verbal).

“Trabalhar aqui diretamente com as mulheres, conseguimos entender melhor o próximo, porque passa pela mesma situação que a gente. A gente consegue se apoiar e principalmente aprender. A troca é constante aqui, em todos os sentidos, às vezes a gente chega bem, mas também pode não chegar bem e aqui tem a troca. Apesar de ser várias mulheres cada mulher passa por situações diferentes, mesmo sendo mulheres, mas a gente tenta entender cada caso. A pessoa chega para falar sobre uma situação que eu nunca vivi, como filhos envolvidos com tráfico, e eu preciso medir as palavras para não magoar e conseguir acolher, já que eu nunca passei por isso” (AMETISTA, informação verbal).

“A autoestima eu não tinha. Quando entrei aqui minha autoestima destacou. Eu estava fazendo curso e tinha desfile. A gente vinha para cá não era só o curso, era terapia. Foi maravilhoso. Não foi só para mim, foi para outras meninas. Sobre esse negócio de empoderamento feminino. Isso eu achava que eu não tinha. Não gostava de tirar foto. Fiz desfile com roupas” (Ágatha, informação verbal).

Os fragmentos dos discursos das mulheres da pesquisa revelam a importância dos laços femininos ou laços entre as mulheres. Esses traduzem demonstrações de apoio mútuo, respeito, bem-viver entre mulheres que se explicam a partir dos fluxos e refluxos do movimento feminista. Também é possível verificar aspectos atravessadores e presentes na prática e princípios da Economia Solidária, como relações de cooperação e solidariedade.

“Como a gente aqui no coletivo vai falar, por exemplo, de violência contra mulher? Como a gente vai falar sobre o papel da mulher na sociedade? A mulher que vem aqui fazer o curso de costura, ela só quer fazer o curso de costura. Ela quer aprender a costurar, só isso. Só que no meio do curso de costura a gente vai falar e a gente vai apresentar ela para ela mesma. Como se fosse um espelho. Nas primeiras atividades muitas vezes elas não querem participar, a gente sente uma rejeição, mas depois elas começam a se reconhecer. E daí é natural, quando acabam o curso elas não querem sair, elas querem que tenham outros cursos” (JADE, informação verbal).

Essas posturas convergem com posições feministas que se apresentam através da heterogeneidade das mulheres e suas diversidades. Segundo Davis (2016), o arranjo econômico escravagista colocou as mulheres negras em lugar diferente das mulheres brancas e sua ideologia da feminilidade:

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 24-25).

As mulheres negras historicamente já se relacionavam a partir de vínculos e laços com objetivo de resistência, sobrevivência e manutenção de grupos e famílias. As atividades de organização das mulheres negras e indígenas precederam as lutas feministas das mulheres brancas para emancipação.

Davis (2016) nos lembra que as mulheres negras “resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo” (p. 33). A autora demarca e repete em sua obra que a exploração e opressão sofrida na escravidão não fazia distinção de sexo:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 35).

Para pensarmos na condição de mulher/trabalhadora negra recorremos a Gonzalez (2020, p. 127) quando afirma que a “situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas”.

Afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da “escrava de ganho” de ontem (GONZALEZ, 2020, p. 217-218).

A condição de trabalho para as trabalhadoras negras não se difere assim do passado escravagista anterior ao trabalho dito “livre”. Como aponta a autora, a abolição da escravidão no Brasil deu início ao processo de marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros que eram considerados “bons” para a atividade escrava e considerados incapazes para a atividade livre. No mercado formal de trabalho atualmente exige-se “boa aparência”, ou seja, um ato racista explícito que diz: “não negra” para atividades voltadas ao público. Reserva-se ainda hoje o lugar da invisibilidade para as mulheres negras como cozinheira, babá, empregada doméstica.

“Eu tive muitas experiências no mercado formal e foram úteis para o trabalho aqui. Lá fora tive experiências de muita opressão. Fui oprimida por outras mulheres quando eu tive uma patroa específica, fui oprimida por homens. Tive uma experiência que trabalhava num lugar com 7 mulheres e mais de 50 homens. Teve um dia que um homem me chamou para o pau dentro do setor e eu encarei. Fui oprimida pela questão financeira, eu fazia tudo que os homens faziam, mas eu ganhava menos que eles. Mas como você é a mulher que paga as contas da casa você precisa se submeter a isso. Eu conseguia ver que era uma questão de opressão, mas não saía da situação” (JADE, informação verbal).

“Para mim foi uma experiência nova. Sempre trabalhei com carteira assinada com fábrica de fazer tecido, fábrica de

sardinha. Mas o horário de trabalho era muito ruim, porque saía muito tarde da noite. No último emprego fui mandada embora porque era recém-contratada. [...].

Dá para pagar as contas, não preciso do dinheiro do meu esposo. Ele estava desempregado por causa da pandemia e eu conseguia pagar as contas. Hoje compro minhas coisas sem depender dele. Para mim essa experiência está sendo melhor do que carteira assinada, mas eu pago MEI” (LARIMAR, informação verbal).

Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016) propuseram reflexão sobre a relação entre Economia Solidária e as teorias feministas. A hipótese deste estudo (2016) é de que “por um lado a economia solidária e por outro lado a economia, a sociologia e a antropologia feministas se desenvolveram em marcos diferentes, o que limitou as possibilidades de uma reflexão transversal” (p. 2). Diante disto sua proposta é contribuir com a reflexão a partir de pontos de convergência e de divergência. Nas palavras das autoras:

[...] através da identificação das principais categorias e escalas empregadas na análise da economia solidária e na literatura feminista sobre as organizações de mulheres e suas práticas econômicas, sociais, políticas e também propondo pistas para uma reflexão transversal (HILLENKAMP, GUÉRIN, VERSCHUUR, 2016, p. 2).

As pesquisadoras compreendem a Economia Solidária, por vezes, como práticas emergentes e frágeis diante do sistema capitalista vigente e que demandam uma “postura utópica, no sentido de uma exploração das potencialidades” (2016, p. 6). Essa postura, segundo elas, converge com algumas posições feministas.

[...] principalmente as do feminismo popular e do *local feminism*, que enfatizam a capacidade de ação das organizações de mulheres nos seus territórios de vida, sem necessariamente ter como objetivo principal de acabar com o sistema patriarcal ou capitalista. As zonas negligenciadas pela modernização, especialmente o “conjunto disparate de práticas e registros econômicos que estão no mesmo tempo dentro e fora do mercado” (Degavre 2011:78) no qual as mulheres estão inseridas, ocupam nessa postura um lugar central (HILLENKAMP, GUÉRIN, VERSCHUUR, 2016, p. 6).

A possibilidade de aproximação entre Economia Solidária e os movimentos populares de mulheres dos países do Sul é analisada pelas autoras a partir dessas organizações e experiências típicas de mulheres latino-americanas.

3.6 Autonomia e renda

As mulheres precisam de acesso ao trabalho remunerado para garantir o mínimo de autonomia. A abordagem de gênero na Economia Solidária perpassa por discutir essas questões da posição da mulher na sociedade, de garantia de renda para sua autonomia, igualdade profissional, mas também uma melhor divisão das tarefas domésticas entre mulheres e homens.

Sobre essas questões as entrevistadas apresentaram como atualmente se organizam em relação ao trabalho no EES e suas atividades de casa, com filhos e companheiros.

“Para ser sincera com você, está tudo uma bagunça. Totalmente uma bagunça. Por causa de quando eu fiquei com meu problema [depressão] as crianças pegaram o domínio. Mas eu vou te dizer como deveria de ser. Eu venho para o trabalho duas vezes na semana, os menores vão para escola, depois deveriam cuidar dos animais e tentar manter a organização da casa. A comida eu deixo pronta ou quase pronta e eles comem. O mais velho quase não para em casa. Eu só peço em casa que eles mantenham o que eu já fiz, mas não tem acontecido isso não. Estou numa luta porque falo tanto e vou lá e prefiro eu fazer. Mas às vezes nem eu consigo fazer também. Um está com 10 e outro está com 11 anos. Meus filhos sabem que precisam aprender a fazer tudo. Eles sabem, só não fazem. Eu passo para eles” (ÁGATHA, informação verbal).

“Isso é uma loucura, surreal. Eu sempre trabalho por prioridade, tanto aqui como em casa. Vai ter dia que eu não vou lavar o quintal, não vou lavar a louça antes de sair para trabalhar. Estou vivendo um momento de cuidado pessoal, então estou tentando viver sem a pressão que o dia a dia nos impõe, seja na casa, seja no trabalho. Porque no meio disso tudo tem um ser humano que precisa ser cuidado. Se antes tudo era para agora, nesse momento estou tentando me preservar enquanto mulher que precisa de cuidado. Estou entendendo que cada coisa tem seu tempo. Vão ser atendidas, mas cada coisa no seu tempo” (JADE, informação verbal).

“Vou dando conta. Agora por conta da pandemia estamos fazendo escala de dois dias na semana. Para mim está dando para organizar. Meu esposo faz uma parte também. Ele lava roupa e não me preocupo com roupa, só para dobrar, porque ele pegou gosto da máquina. Porque é máquina também, porque se fosse à mão... [risos]. Meus filhos estão grandes e casados. Só tenho netos que às vezes vão lá para casa. Minha neta quando vai lá para casa lava copo, lava o prato. Já criamos esse hábito na casa” (LARIMAR, informação verbal).

“Eu tento cumprir o horário de trabalho como compromisso. Estou saindo para trabalhar. Hoje em dia só tem eu e meu esposo. Eu consigo dar conta sozinha porque meu marido está doente. Antes eu chegava em casa e encontrava a comida pronta. Hoje no momento ele está fazendo diálise três vezes na semana. Eu preciso dar conta das atividades de casa antes do trabalho e depois do trabalho. Quando meus filhos eram pequenos eu vivia somente para casa, apesar de sempre vender coisas, sacolé, mas sempre próxima da família, sempre dando conta dos dois. Até a adolescência dos meus filhos, me dediquei exclusivamente à família. Agora estou mais tranquila porque os filhos estão crescidos. Agora a fase é outra, minha criança é meu marido” (AMETISTA, informação verbal).

“É muito louca a rotina. Depois que eu me tornei mãe eu não trabalho todos os dias. Porque eu quero fazer as duas coisas bem. Eu lembro quando eu retornei da licença maternidade, eu vinha trabalhar e parecia que era meu dia de folga. Eu vinha feliz porque era a minha folga. Era libertador. Quando dava meio dia eu pensava: eu vou almoçar? Eu vou almoçar! [muitos risos]. Eu tive essa sensação pelo menos uns seis meses. Foi a primeira vez que eu parei. Eu fiquei seis meses em casa cuidando do filho o tempo todo. É uma jornada dupla. Por mais que meu esposo seja participativo, a responsabilidade em si fica comigo” (ESMERALDA, informação verbal).

As múltiplas tarefas exercidas pela mulher são classificadas como trabalho reprodutivo e que têm grande significado para o bem-estar do ser humano, e é esta atividade que garante a sustentação da força de trabalho para o mercado formal. O olhar feminista sobre a economia possibilitou enxergar essas atividades dando a ela caráter de reinterpretação de conceitos, mas também de apresentar a partir disto, sua invisibilidade e a inferioridade feminina pela desqualificação do trabalho doméstico.

“Quando eu não tinha filhos eu deixava de fazer algumas coisas, hoje não por causa da criança. Mas é desigual. Ele chega do trabalho e senta no sofá, eu chego faço um monte de coisa e às vezes nem consigo sentar no sofá. Mas eu me revolto, não acho normal não. Eu não me esqueço de um dia quando fomos comprar tábua de passar roupa e pedi a opinião dele e ele disse: ‘Não sei, é você quem vai passar roupa’. E eu não comprei a tábua [muitos risos]” (ESMERALDA, informação verbal).

“Eu trabalhava antes com faxina, mas depois que entrei aqui comecei a pagar minhas coisas. Consegui a fazer compra. Tinha coisa que eu queria comprar que meu ex-marido não comprava e agora eu sou vidrada, quando eu vou ao mercado eu consigo comprar as coisas que ele não comprava. Eu agora

faço compra do mês. Meu marido me colocou para fora, porque tinha outra mulher. Até quando eu estava grávida ele tentava me colocar para fora de casa. Eu ainda aguentei isso bastante tempo. Teve uma época que eu fui e depois voltei. Na última vez que ele falou para eu sair eu já estava no projeto. E já estava tudo esquematizado. O frete já estava pago. A casa já estava esquematizada. E quando ele voltou para casa não me encontrou” (ÁGATHA, informação verbal).

Colocar esta questão na agenda de políticas públicas voltadas para Economia Solidária no Brasil deve ser ponto indiscutível, já que a Economia Solidária se propõe ser uma *Outra Economia*²⁹ que é baseada na construção de outros princípios e que “ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas” (CATTANI *et al.*, 2009, p. 7).

Ainda segundo a Carta de Princípios da Economia Solidária do FBES, as práticas dessa atividade devem representar outras formas de relação e de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (FBES, 2021).

Além dos princípios defendidos e apresentados sempre pelos teóricos da Economia Solidária (SINGER, 2002; CATTANI *et al.*, 2009), no que tange à redução das desigualdades através da geração de trabalho e renda para as pessoas, é necessário ampliar as críticas da economia feminista à economia capitalista, que se apropria das desigualdades de gênero, raça para manutenção do seu funcionamento e dar espaço para a participação efetiva das mulheres nas atividades solidárias. Percebe-se que o trabalho e atividades solidárias possibilitam a garantia de renda mínima e autonomia a essas mulheres; a organização do trabalho, no entanto, tal qual é vivenciado pelas mulheres no modo de economia vigente, se reproduz nesse espaço.

A divisão sexual do trabalho foi conceituada a partir do movimento feminista na França na década de 1970, quando apontaram para a carga e a opressão existente no trabalho não pago realizado pelas mulheres no âmbito doméstico. Para Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho, enquanto

²⁹ O conceito de Outra Economia se encontra nos debates e estudos da Economia Solidária, conforme Cattani (2009) que aponta como “alternativa material e humana superior à economia capitalista” (p. 7).

conceito, não deve abarcar somente a abordagem meramente descritiva e apontar para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, o conceito deve se ampliar e promover uma “reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades” (KERGOAT, 2003, p. 59).

A divisão sexual do trabalho tem como característica histórica e social a vinculação do homem ao trabalho produtivo e das mulheres ao trabalho reprodutivo, e do trabalho pago e reconhecido socialmente realizado pelos homens e do trabalho não pago e invisibilizado realizado pelas mulheres.

Apesar disso, a lógica capitalista se organiza pela premissa de que os trabalhadores do mercado necessitam, para executar sua função nesta engrenagem, estar com vestimentas limpas, alimentados e terem horas de descanso. Esta tarefa é realizada na maioria por mulheres, mães, avós, irmãs e que não são reconhecidas como trabalho. A conta do bom funcionamento do mercado capitalista é paga pelas mulheres.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) apontam para como é forjado na sociedade capitalista, o trabalho de reprodução social para que este substitua a força de trabalho e sirva ao capital. O conceito de reprodução social é aprofundado pelas autoras e colocado sob a ótica do capitalismo. Na obra, as autoras assinalam três pontos fundamentais da vida sob o capitalismo: a quantidade de tempo e recurso para manter seres humanos; esse trabalho de manter seres humanos é feito por mulheres; e que a sociedade capitalista não confere nenhum valor a esse trabalho.

Nessa pesquisa notamos que as atividades domésticas e dos empreendimentos solidários se confundem e se misturam. Esses aspectos da Economia Solidária, ter resquício ou ter proximidade com o trabalho dito feminino, nos lembram o que Rocha-Coutinho (1994) apresentou como a família patriarcal e a figura mulher-mãe que foram sendo construída no Brasil colônia. A mulher a essa época ocupava um lugar na família que respondia a algumas características peculiares e que identificamos até nos dias atuais.

A mulher no Brasil colônia, segundo Rocha-Coutinho (1994), ocupava o lugar da figura mulher-mãe isolada da sociedade e do sistema político e econômico que alcançava o ensino elementar e quando avançava no nível

educacional o fazia para instruir seus filhos na educação formal, já que essa lhe cabia como tarefa doméstica.

A participação da mulher nos espaços públicos no período colonial era restrita e realizada através da companhia do marido ou de outra figura masculina da família. A liberdade da mulher também era cerceada pelo discurso médico, quando reforçava a inferioridade desta, colocando-a na posição de mulher-mãe vinculando o papel de cuidado ao sentimento de amor e culpa.

Desde o período do pós-guerra, o papel da mulher no trabalho é construído e forjado por padrões femininos e pensados para organização da sociedade. Rocha-coutinho (1994) afirma que o trabalho realizado pelas mulheres na fábrica eram repetições de atividades realizadas por elas em espaços domésticos. A presença das mulheres no trabalho já era, desde aquela época, marcada por excesso de carga horária do afazeres domésticos e das fábricas e como complemento de renda familiar.

Os papéis das mulheres foram bem desenhados e o discurso subjetivo era utilizado para controle dos corpos femininos. Desde a necessidade de retorno dos homens para as fábricas no pós-guerra, a fim de ocupar os postos de trabalho femininos, quando a ciência apontava para o agravamento do comportamento infantil, culpabilizando a mulher pelo afastamento das tarefas exclusivas do lar. Seus corpos sexualizados também eram controlados pela ciência tornando o homem a figura viril e a mulher a rainha do lar.

Diante do discurso que empurrava a mulher de volta ao lar, é necessário frisar que desde os anos 1980 um poderoso discurso antifeminista vem se avolumando, e Costa (2004) aponta este cenário de retorno da domesticização da mulher um movimento como resposta da derrocada do fortalecimento do Estado de bem-estar social. A desobrigação estatal dos serviços e proteções sociais passa a ser empurradas para aquelas que sempre exerceram papéis de cuidado.

A feminilização da pobreza é uma temática que Costa (2004) denuncia como grave superficialidade dos debates e lutas feministas brasileiras. Pautas atravessadas por questões que não perpassam pela coletividade e “felicidade humana” é descrita pela autora como graves problemáticas na atualidade.

A economia solidária entraria nesse debate quando permite um olhar mais atento às questões de classe e o papel da mulher trabalhadora nesse contexto; é fundamental, não obstante, observar se esta atividade reproduz as mesmas condições históricas ao mesmo tempo em que deve – em todos os espaços políticos de discussão – o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade.

“A gente trabalha demais. A gente está sempre se movimentando para se emancipar economicamente. A gente trabalha tanto e o retorno financeiro não chega nem aos pés para o que a gente faz. Talvez a luta e o retorno financeiro não cheguem agora para mim, mas pode chegar para outras. Igual o Feminismo. Eu tenho a sensação que o que eu faço agora não vou ver agora, mas outras gerações, não vamos falar de outras gerações não porque está muito distante, outra geração vai ver essas mudanças. Talvez não seja eu quem vai colher os frutos do meu trabalho, mas sei que outras vão colher e estou bem com isso” (ESMERALDA, informação verbal).

3.6.1 Sustentabilidade

A economia capitalista opera pela lógica do consumo, do aquecimento global, da destruição da biodiversidade, do desequilíbrio dos ecossistemas para se sustentar o planeta. A economia do capital atinge tudo onde podemos enxergar e até onde nossos olhos não alcançam. Nossos rios, mares, nossas florestas, o solo, o ar. Tudo é alvo do capital e ameaçado por ele. A Economia Solidária está alinhada à proposta de desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano e social, enquanto campo de formação no âmbito da *educação cooperativa* ou *educação solidária* (ARRUADA, 2006).

O EES *Mulheres do Salgueiro* possui como fundamento a sustentabilidade. E a temática da sustentabilidade é peculiar, porque precede do apoio da sociedade para compreensão e reconhecimento da sua necessidade. Por isto, a Metodologia da Práxis na formação solidária, conforme descreveu Arruda (2006), é indispensável nas estratégias múltiplas de formação.

“O projeto *Mulheres do Salgueiro* fez crescer em mim um sentimento que eu já tinha de sustentabilidade que a gente nem sabia o nome, mas vivia aquilo. Sempre gostei muito de recriar, reutilizar, aqui passou a ser muito mais forte. Sempre pensando a melhor forma de utilizar aquilo. O projeto EcoModa, em 2011, trouxe uma outra visão até para nosso

curso de corte e costura, não tem aquilo de comprar o tecido, a gente transforma calça, transforma roupa. Na correria do dia a gente não para pensar no produto e como descartar o lixo. A gente coloca o lixo para fora, mas o lixo não sai do planeta. Não é só estragou. A indústria e o capitalismo estão fazendo muito isso. A gente compra uma geladeira se a garantia é de cinco anos pode ter certeza que ela vai durar cinco ou seis. A gente aprende isso e coloca na nossa vida. Dificilmente eu compro brinquedo para meu neto, eu gosto de construir com ele com tampinha, por exemplo. Agora ele vê toda tampinha e ele quer guardar para eu fazer um robô com ele” (AMETISTA, informação verbal).

“E começou, mas também não queríamos costurar qualquer coisa. Foi aí que começamos a trabalhar com o couro de tilápia, com material de reaproveitamento. Não queríamos fazer mais do mesmo. Antes de existir o conceito que hoje está tão em alta que é o conceito de sustentabilidade e economia solidária, a gente já fazia isso. A gente praticava e depois entendemos a teoria. Um dos espetáculos que fizemos no teatro [pelo projeto SOS Periferia] em 2005 foi sobre o Lixão, chamava: ‘Lixúria, o 8º Pecado Capital’, já estávamos falando em lixo naquela época” (Esmeralda, informação verbal).

O Documento Síntese³⁰ da V Plenária Nacional de Economia Solidária apresenta o conceito de sustentabilidade para Economia Solidária, na ótica da cooperação e da solidariedade. Sustentabilidade é compreendida não somente enquanto a ideia de preservação da natureza, mas também como o “estabelecimento de uma outra relação com a vida, abrangendo os aspectos econômico, político, social, ambiental e cultural, de forma indissociável” (FBES, 2012, p. 7).

Deste modo, a relação com as futuras gerações ganham contorno quando se reflete sobre esse quesito, tanto na perspectiva econômica, como na social e ambiental.

A sustentabilidade significa a possibilidade de se obter, continuamente, condições iguais ou superiores de vida para as pessoas e as gerações futuras, num dado ecossistema. Sustentabilidade para nós é o desenvolvimento que queremos em todas as dimensões, de estar produzindo e comercializando os nossos produtos, de consumir os produtos dos empreendimentos, e não os oriundos do capitalismo (FBES, 2012, p. 7).

³⁰ FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. V Plenária Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Documento Síntese, FBES, dez. 2012.

A ideia e o conceito de “bem-viver” dialogam com a noção de sustentabilidade a partir das práticas de valores de cooperação e solidariedade, ao mesmo tempo em que se aprofunda o debate a respeito do fortalecimento das identidades de grupos nos locais e comunidades para garantir o respeito à diversidade (comunidades e povos tradicionais). O “bem viver” implica na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas em vinculação direta com a natureza, uma busca de equilíbrio entre ser humano-natureza, de um bem comum e não apenas o crescimento econômico, fortalecendo a cultura e suas identidades (FBES, 2012, p. 7).

3.6.2 O coletivo no contexto pandêmico

No contexto pandêmico o EES *Mulheres do Salgueiro* vivenciou fragilidades assim como em outros setores, no entanto foi possível alcançar durante este período encomendas de produções que gerou para as trabalhadoras certa renda e ganhos financeiros diversos, assim como organização de oferta, através de doações de itens alimentícios para pessoas da comunidade.

“No período de pandemia no início ficou todo mundo sem entender o que estava acontecendo. Eu propus para as meninas produzir máscaras para a gente e para os nossos familiares. Estava naquele momento de não conseguir comprar na farmácia. Começamos a receber pessoas pedindo para comprar. Fizemos acordo com o mototaxi, eles saiam para fazer entrega. Tínhamos produção de bolsas para um evento que seria presencial e que foi transformado em remoto. Foram 5 mil bolsas. Logo depois apareceu encomenda para avental hospitalar. Começamos também campanha de alimentação, kit higiênico para ajudar a comunidade. No final do ano conseguimos a Lei Aldir Blanc, fizemos as atividades remotas. A gente não parou em tempo nenhum nesse período da pandemia. E acho isso muito potente para a história do nosso coletivo” (JADE, informação verbal).

3.7 Envolvimento e participação na comunidade

Nas falas das mulheres o atravessamento do território sempre esteve presente, assim como um retrato da vivência da população que ali reside.

Conforme apresentamos no início deste capítulo, suas histórias e memórias ajudam a compreender o processo no qual as mulheres do Salgueiro vivenciam e experimentam seus corpos femininos neste território.

“Eu não faço parte do Mulheres do Salgueiro eu sou Mulheres do Salgueiro. As meninas brincam comigo dizendo que a que mora mais longe é a que mais se sente. Eu digo que sim, é questão de pertencimento” (ESMERALDA, informação verbal).

“Eu nasci em casa aqui no Salgueiro, vivo aqui do nascimento até os 19 anos e depois fui para o bairro vizinho (Luiz Caçador). Acho que a gente faz tão pouco para aquilo que a comunidade precisa. O projeto trabalha com a comunidade e acaba influenciando as pessoas de saber que aqui tem um lugar de referência” (AMETISTA, informação verbal).

No início deste capítulo verificamos através dos recentes acontecimentos e reportagens como o sofrimento causado pela insegurança pública é experimentado pelos moradores do Complexo do Salgueiro. As mulheres que atuam no EES não estão isenta desta realidade e relataram como esta vivência cotidiana pode influenciar sua atuação.

“Tirando as operações é tranquilo. Não tem para onde fugir não tem para onde correr. E ir vivendo. Essa questão [violência] não tem como mudar, mas a gente ajuda. O projeto é um lugar para as mulheres conversarem, como se fosse psicólogo, ela vem para cá para conversar e fazer o curso, mas às vezes vem mais para conversar. Eu gosto de lidar com o público. É gratificante. As pessoas falam que gostam muito do projeto” (LARIMAR, informação verbal).

“Não dá para falar que eu estou acostumada. Não é diário, mas é frequente. Causa tensão, principalmente depois da maternidade. Antes eu era corajosa, depois que me tornei mãe, a coragem foi um pouco embora. Um dia desses estava fechado o portal, desci do ônibus e vim andando, depois parei e pensei: não! Liguei para o coletivo e perguntei se podia ir caminhando” (ESMERALDA, informação verbal).

“Como somos um coletivo que fala sobre direito à vida, à questão da violência ela está atravessada na hora que a vida é alvo. Não importa qual vida que seja. Nas eleições como eu sofri, sobre a questão da liberação do armamento, da possibilidade de um genocídio. E como falar disso num território que está fragilizado. Como pensar em direito a vida se você não pode sair, se você sai e o tiro está ‘comendo’. Mas tem que ter operação policial? Não! Tem que ter uma forma de investigação que não deixe a população tão fragilizada assim. E como se fala sobre isso? Não é fácil!” (JADE, informação verbal).

Jade relata como elas fazem quando estão trabalhando e acontece uma operação policial no território:

“Quando tem operação, a gente para tudo para ligar para os filhos, para todo mundo para saber onde está. Como a gente está fazendo rodízio, a gente liga uma para outra. Começamos a fechar o portão, porque na situação pode entrar alguém. E nem sempre dá para trabalhar, porque fica muito perto, muito violento. E a gente sente. O corpo sente. A energia. Tem vezes que não dá para trabalhar não. Por isso que não temos o mesmo ritmo. O corpo às vezes consegue chegar aqui, mas a cabeça não” (JADE, informação verbal).

Estas mulheres estão posicionadas em lugares de opressão, assim como toda mulher em nossa sociedade, porém as práticas femininas que elas exercem incidem diretamente sobre as demandas da sua comunidade e na vida de outras mulheres, proporcionando naquele espaço um lugar de participação de militância social e política.

Percebemos que as falas dessas mulheres revelam dados por meio da história de vida através do que elas consideram importantes e significativos. Essas mulheres estão em posições que demonstram indiscutivelmente poderosas trajetórias de vida e que estão ocupando um importante papel no movimento comunitário do território e com vinculações e novos paradigmas para o movimento social de Economia Solidária. A atuação destas mulheres no local que elas denominam de *projeto* demonstra luta coletiva e afirmação de pertencimento do território.

4. Considerações finais

As atividades, organizações e experiências de mulheres traduzem aspectos que estão no campo do cuidado com o outro, com vínculos sociais, sustentabilidade, transformação da realidade local. Esses aspectos são condicionalidades da perspectiva de gênero em lógicas econômicas e institucionais. Analisar essas experiências pode contribuir com a possibilidade de formulação de diferentes visões de políticas sociais, de repensar a partir dessas experiências as questões de exploração do trabalho e que levem em consideração as relações sociais construídas a partir do território.

Foi possível observar que o ativismo dessas mulheres revela muito além das práticas solidárias, suas histórias de vida revelam o processo de emancipação como mulher e como este processo pode reverberar em outras mulheres. Revelou ainda, o sentimento de pertencimento aquela atividade e o sentido daquilo para suas vidas, já que são anos de vinculação e atuação ao que elas chamam de *projeto*. A palavra projeto pode representar para elas, a nosso ver, projetos de vida, formas de atuar no mundo e transformá-lo.

O arranjo complexo entre Economia Solidária e teorias feministas possibilitou, nesta pesquisa, apresentar as sujeitas da Economia Solidária. Além disto, conferiu para a pesquisadora o reconhecimento que essas mulheres desenvolvem habilidades e competências cotidianamente para modificar a realidade e os problemas locais. Elas fazem isto, através de seus corpos presentes no território, disponibilizando tempo em prol das lutas coletivas.

As mulheres do Salgueiro, desta vez fazemos menção a cada mulher e não ao empreendimento em si, desempenham o conceito de solidariedade tão caro ao movimento de Economia Solidária, já que solidariedade “se refere ao ato de juntar-se aos outros de maneira ‘sólida’. Quer dizer, lado ao lado, dividindo as mesmas responsabilidades e consequências” (SPINK, 2008, p. 89).

Estudar e pesquisar a Economia Solidária numa perspectiva de gênero, com recortes de raça e classe, traz possibilidades de projetar um olhar diferenciado para a economia não hegemônica; e dentro desta lógica

posicionar a mulher no ponto central e com possibilidades de discussão das desigualdades de gênero presentes no mundo do trabalho.

A Economia Solidária tem suas particularidades, mas para a pesquisadora analisar suas problematizações, enquanto campo de presença feminina e também sua defesa da possibilidade de reconstrução de uma outra economia, na qual há intenção de centralizar e discutir gênero, é crucial para o debate e pesquisa da temática da não mercantilização do trabalho focada nas relações sociais de seus membros.

Ainda encontramos poucas pesquisas vinculadas a questão de gênero e raça na Economia Solidária, acreditamos que seja devido ao próprio campo estar em paralisação devido ao avanço neoliberal e as temáticas que atravessam esse âmbito que ficam em segundo plano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. *Ciência e cultura*, v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006.
- AMARAL, Karla. *Diário de Campo: Mulheres do Salgueiro*. Salgueiro. 2021.
- ANDRADA, Cris; ESTEVES, Egeu Gomez. Sonho, história, loucura ? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho. *Democracia participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos*. ABRAPSO p. 169-187, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo editorial, 2018.
- ARRUDA, Marcos. Estratégias de formação no campo da economia dos setores populares. *Seminário sobre Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação*, 2006.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARROS, Alerrandre. Devido à pandemia, pelo menos 3 milhões de pessoas ficam sem trabalho no país. Agência de notícias IBGE. Brasil. 14 de ago. de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/28613-em-quatro-meses-de-pandemia-3-milhoes-de-pessoas-ficam-semtrabalho-no-pais>. Acesso em: 21 ago de 2020.
- BATISTA, Vera Malaguti. Criminologia e política criminal. *Passagens*, v. 1, n. 2, p. 20-39, 2009.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 4, p. 315-329, 1999.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e o compromisso social. *In: Psicologia e o compromisso social*, 2003. p. 382-382.
- BRASIL. Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho. ACESSUAS Trabalho Caderno de Orientações Técnicas – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda-uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, 2005.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira *et al.* O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 19, p. 18-31, 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuição do feminismo negro. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto,* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRASCO, Cristina. Introdução: para uma economia feminista. *SOS-Sempre Viva Organização Feminista*, 2005.

CATTANI, Antonio David *et al.* *Dicionário internacional da outra economia.* 2009.

CHERFEM, Carolina Orquiza *et al.* Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo. 2014.

CHIARIELLO, Caio Luis; FONSECA, Sergio Azevedo; MORAIS, Leandro Pereira. Abordagem política e institucional da economia solidária na América Latina e a experiência da Senaes no Brasil (2004-2019). *Otra Economía*, v. 14, n. 25, p. 76-95, 2021.

COELHO, Henrique.; JÚNIOR, Eudes; PEIXOTO, Guilherme. Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ. *G1*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em:

- COELHO, Lina. Economia feminista. *Dicionário internacional da outra economia*, p. 128-133, 2009.
- COLLINS, Patricia Hil. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In: MORENO, Renata. (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. SOF – Coleção Cadernos Sempreviva*, 2015.
- COSTA, Milane do Nascimento *et al.* “Nós por nós”: solidariedade feminina nas interfaces entre sororidade e dororidade-práticas e discursos em grupos de mulheres numa rede social digital. 2021.
- COSTA, Sueli Gomes. “Movimentos feministas, feminismos”, *In: Revista Estudos Feministas*, n. 12, Florianópolis, 2004
- COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, v. 6, n. 2, p. 1-29, 2009. Doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n2p1>.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, Florianópolis, 1º semestre, 2002.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%8A%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 6 mar. 2021.
- CRUZ, Carlos Fernandes *et al.* Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações: um estudo de caso: Pramp's lanchonete, 2005.
- DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE ARAUJO, Victor Leonardo; DE MELO, Hildete Pereira. O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”. *Cadernos do desenvolvimento fluminense*, n. 4, p. 65-87, 2014.

DE PAULA LEITE, Marcia. Gênero e trabalho no Brasil: os desafios da desigualdade. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 8, 2017.

DIEESE. A comercialização na economia solidária em empreendimentos urbanos de produção artesanal liderados por mulheres. Coleção Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, nº 2, São Paulo: 2017.

DIEESE. Informalidade na Economia Solidária. Cadernos de Debates do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, São Paulo: 2015.

DUARTE, Constância. Feminismo: uma história a ser contada. In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo, SP: Elefante, 2019.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). *Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Caderno de Aprofundamento aos debates*, FBES, nov. 2007.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). *V Plenária Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. Documento Síntese, FBES, dez. 2012.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Documento Síntese, FBES, dez. 2021.

FREITAS, Rita; BARROS, Nivia. O enfrentamento à violência contra mulheres – Universidade e Redes. In: Torres, Anália; COSTA, Dália; CUNHA, Maria João. (Orgs.) *Estudos de Gênero – Diversidade de Olhares num mundo global*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa, 2018.

GARCIA, Dantielli Assumpção *et al.* A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Estudos Linguísticos*, São Paulo-1978, v. 44, n. 3, p. 991-1008, 2015.

Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista. SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Brasil, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. *In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau. (Orgs.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. v. 28, p. 2016, 2014. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-asteorias-feministas.pdf>.

Acesso em: 15 set 2020.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A Economia Solidária e as Teorias Feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. *Debates feministas*, n. 3, p. 1-34, 2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Revista Argumentos*, ano 9, n. 18, Fortaleza, jul./dez. 2017.

KILOMBA. Grada. Descolonizando o conhecimento: uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-gradaensinando-a-transgredir.pdf>. Acessado em 09/10/2020.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio Germany. Economia Solidária. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. p. 162-168, 2009.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. *Sociedade e cultura*, v. 9, n. 2, 2006. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v9i2.478>. Acesso em:

LIMA, Marcia. "O uso da entrevista na pesquisa empírica". *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/Cebrap, 2016, p. 24-41.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de administração de empresas*, v. 45, p. 109-115, 2005.

Dicionário.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Uma epistemologia feminista, Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª ed., Petrópolis: ed. Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada, 2019.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. *Dicionário internacional da outra economia*, p. 26-30, 2009.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. *Cadernos CEMARX*, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

NAMORADO, Rui. *O Mistério do Cooperativismo: da Cooperação ao Movimento Cooperativo*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher Negra no mercado de trabalho. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

NOBRE, Miriam. Mulheres e economia solidária. *In: CATTANI, Antônio (org). À outra economia*. Porto Alegre/São Paulo, Veraz/Unitrabalho, 2003.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista brasileira de história*, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru/SP: EDUSC, 2005.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

POCHMANN, Marcio. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. IPEA. 2004.

- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista estudos históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. *Rio de Janeiro: Paz e terra*, p. 27-31, 1985.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2013.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. Lugar de *fala*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1994.
- SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História oral*, v. 8, n. 1, 2005.
- SCOTT, Joan W. La travailleuse. *Histoire des femmes en Occident*, v. 4, p. 479-511, 1991.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- SILVA, Carlúcia Maria. Mulheres e Economia Popular Solidária: Trabalho, Inclusão Socioproductiva e Cidadania. Editora Appris, 2020.
- SILVA, Robson Campaneruti da. " Saindo da calçada": mapeamento das redes sociais de lideranças femininas do bairro do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ. Universidade Federal Fluminense - UFF Programa de Pós-graduação em Antropologia. 2013
- SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Bala Perdida – A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- SPINK, Peter. Simpósio 2 – redes solidárias, autogestão e solidariedade. *Estratégias de invenção do presente*, p. 79, 2008.
- STEVENS, Cristina et al. Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília, DF:Technopolitik,2017.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 83-92, 2019.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevista Individual

1. Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Raça/etnia:

Estado civil:

Orientação sexual e identidade de gênero:

Filhos (quantos):

Bairro:

Religião/credo:

2. Participação no EES

O que motivou a participar do EES?

Qual atividade que exerce no ESS?

Quanto tempo participa do ESS?

Como é seu envolvimento e participação no ESS?

Como é para você trabalhar em um ESS formado somente por mulheres?

3. Trabalho produtivo e reprodutivo e autonomia financeira

Como você organiza as atividades de casa (filhos, casa) com as atividades do ESS?

Como as atividades de casa (cuidar dos filhos, arrumar a casa, lavar louça) são realizadas na sua casa?

Como foi sua experiência em atividades no mercado formal de trabalho?

Como você analisa a participação das mulheres em atividades formais e não formais de trabalho?

Qual o retorno financeiro desta atividade? Você se considera independente financeiramente?

Você considera que a atividade do ESS alterou de forma prática sua vida?

4. Participação social e comunitária

Descreva seu envolvimento e participação na comunidade/bairro?

Porque você veio para comunidade?

ANEXO 2

Plataforma da Economia Solidária

Finanças Solidárias

1. O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.
2. Destacar linhas que apóiem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturado, bem como para comercialização de produtos.
3. Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços etc).
4. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.
5. Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.

6. Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.

7. Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.

8. Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação préfalimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.

9. Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.

10. Assegurar que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinados à Economia Solidária.

11. Possibilitar a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre a mesma e ampliando sua articulação em complexos e redes. 12. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.

13. Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.

14. Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

15. Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

16. A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

17. Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

18. Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

19. Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

Marco Legal

1. Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.

2. Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

3. Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi essenciais e não essenciais.

4. Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.

5. Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.

6. Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil.

7. Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.

8. Elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não-obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.

9. Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.

10. Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

11. Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.

12. Definir zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.

13. Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.

14. Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.

15. Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).

16. Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

1. Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.

2. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.

3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.

4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.

5. Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.

6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.

7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.

8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.

9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.

11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.

12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.

14. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

Comunicação

1. Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de sites na internet, a criação de um disque Economia Solidária etc, garantindo a horizontalidade da informação.

2. Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.

3. Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.

4. Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.

5. Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.

2. Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

3. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração entre cidade/campo.

4. Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

5. Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

6. Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

7. Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

8. Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

9. Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

10. Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Democratização do Conhecimento e Tecnologia

1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.

4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.

5. Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCPs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.

6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.

9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.

10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.

11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.

12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio,

conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Organização Social de Economia Solidária

1. Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.

2. Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados.

3. Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.

4. Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios.

5. Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.

ANEXO 3

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- A valorização social do trabalho humano,
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre a produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul.
- Para a Economia Solidária a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios Específicos

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a economia solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos

fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local e nacional;

- A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças;

- A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seus papéis de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam;

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e de nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos.

- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referencia, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.
- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais e sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa;
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa;

- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores;
- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar;
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos;
- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fornecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento;
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a erupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

A Economia Solidária não é:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
- A economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reservas no Sul.
- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.
- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
- A economia solidária é uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

ANEXO 4

FOTOS



Lixão de Itaoca



Confecção de roupas



Bolsa de reaproveitamento de uniforme e jeans



Bolsa de reaproveitamento de couro de tilápia

Saúde Mental, Trabalho e Pandemia

Circuito Fluminense de **CULTURA POPULAR ECONOMIA SOLIDÁRIA**
REGIÃO METROPOLITANA III

30
março

18h

Karla Amaral

Psicóloga, servidora pública municipal, mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisa Economia Solidária e sua repercussão na vida das mulheres.

Economia Solidária, Trabalho e Desigualdade Social

Circuito Fluminense de **CULTURA POPULAR ECONOMIA SOLIDÁRIA**
REGIÃO METROPOLITANA III

13
abril

18h

Karla Amaral

Psicóloga, servidora pública municipal, mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisa Economia Solidária e sua repercussão na vida das mulheres.

REALIZAÇÃO:

APOIOS/PARCEIROS:

PATROCÍNIO:

Circuito Fluminense de Cultura Popular Economia Solidária – Região Metropolitana III – Temática: Saúde Mental, Trabalho e Pandemia e Economia Solidária Trabalho e Desigualdade Social

A TRIBUNA | SÁBADO, DOMINGO E SEGUNDA-FEIRA, 13, 14 E 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Projeto no Salgueiro recicla a esperança na vida de moradores

Grupo formado por 17 mulheres de diversas profissões realiza a confecção diversos produtos

COMUNICAZIONE

Reciclar e usar materiais de afetar na preservação do meio ambiente. Além de sustentável, o Circuito Fluminense de Economia Solidária no Salgueiro, que reúne 17 mulheres de diversas profissões, a propósito de comemorar o aniversário da comunidade do Salgueiro, realiza a confecção de bolsas, cartões, cinto, borse, entre outros produtos, com material reciclado.

Uma equipe formada por mulheres de diversas profissões, que se reúne para trabalhar e reciclar materiais descartados, como plástico, papel, tecido e outros, para criar produtos úteis e sustentáveis. O grupo, formado por 17 mulheres de diversas profissões, realiza a confecção de produtos reciclados, como bolsas, cartões, cintos, borse, entre outros. O grupo, formado por 17 mulheres de diversas profissões, realiza a confecção de produtos reciclados, como bolsas, cartões, cintos, borse, entre outros.



SAÚDE MENTAL

Reciclar e usar materiais de afetar na preservação do meio ambiente. Além de sustentável, o Circuito Fluminense de Economia Solidária no Salgueiro, que reúne 17 mulheres de diversas profissões, a propósito de comemorar o aniversário da comunidade do Salgueiro, realiza a confecção de bolsas, cartões, cinto, borse, entre outros produtos, com material reciclado.

Uma equipe formada por mulheres de diversas profissões, que se reúne para trabalhar e reciclar materiais descartados, como plástico, papel, tecido e outros, para criar produtos úteis e sustentáveis. O grupo, formado por 17 mulheres de diversas profissões, realiza a confecção de produtos reciclados, como bolsas, cartões, cintos, borse, entre outros.

Niterói & região

Coletivo feminino cria trabalho e renda com reciclagem em SG

Mulheres do Salgueiro promovem empreendimento solidário utilizando banners descartados

Substituto comercial para a reciclagem de banners descartados, o coletivo feminino cria trabalho e renda com reciclagem em SG. O grupo, formado por 17 mulheres de diversas profissões, realiza a confecção de produtos reciclados, como bolsas, cartões, cintos, borse, entre outros.



SAÚDE MENTAL

Reciclar e usar materiais de afetar na preservação do meio ambiente. Além de sustentável, o Circuito Fluminense de Economia Solidária no Salgueiro, que reúne 17 mulheres de diversas profissões, a propósito de comemorar o aniversário da comunidade do Salgueiro, realiza a confecção de bolsas, cartões, cinto, borse, entre outros produtos, com material reciclado.

Uma equipe formada por mulheres de diversas profissões, que se reúne para trabalhar e reciclar materiais descartados, como plástico, papel, tecido e outros, para criar produtos úteis e sustentáveis. O grupo, formado por 17 mulheres de diversas profissões, realiza a confecção de produtos reciclados, como bolsas, cartões, cintos, borse, entre outros.

Jornal A Tribuna /Jornal O Dia